

The background of the entire page is a photograph of a theater stage's rigging system. Numerous thick, braided steel ropes hang vertically from a metal framework. Warm, golden light from stage lamps illuminates the scene, creating a dramatic atmosphere. In the upper center, there is a white rectangular box containing the logo and name of the theater. In the lower center, another white rectangular box contains the title of the document. At the bottom of the image, the wooden floor of the stage is visible, with some ropes and equipment resting on it.

D.M^{II} **TEATRO
NACIONAL
D. MARIA II**

Plano de Atividades e Orçamento para 2026

Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.

Plano de Atividades e Orçamento para 2026

Aprovado em reunião de conselho de administração de 03 de novembro de 2025

Índice

Índice.....	3
1. Mensagem do conselho de administração	4
2. Introdução	6
2.1. O Teatro Nacional D. Maria II e a sua missão	6
2.2. Enquadramento legal.....	7
2.3. Constrangimentos.....	8
3. Estratégia de médio prazo, objetivos e indicadores.....	11
3.1. O presente e futuro do TNDM II	11
3.2. Objetivos e indicadores	13
4. Plano de atividades - Projeto artístico-cultural.....	17
4.1. Um novo rumo para a Odisseia Nacional.....	19
4.2. Programação em Lisboa.....	22
4.3. Sinopses dos Espetáculos.....	24
4.4. Público escolar e infantojuvenil	27
4.5. Plano editorial e expositivo.....	29
4.6. Representatividade nacional e internacional	31
4.7. Responsabilidade social e igualdade.....	33
4.8. Parcerias.....	35
4.9. Comunicação.....	36
5. Investimento	38
6. Recursos Humanos.....	41
6.1. Evolução do quadro de pessoal	41
7. Orçamento	45
7.1. Rendimentos	45
7.2. Gastos com pessoal.....	51
7.3. Gastos com bens e serviços	55
7.4. Resultados.....	59
8. Instruções Previsionais de Gestão e Mapas Financeiros Previsionais	63
8.1. Plano de Redução de Custos – PRC.....	63
9. Quadro Síntese de autorizações requeridas	67
10. Anexos	68
10.1. Anexo 1 – Mapas Financeiros para o Triénio	68
10.2. Anexo 2 – Plano Trienal de Investimento	71
10.3. Anexo 3 – Mapas detalhados de gastos e rendimentos	72
10.4. Anexo 4 – Mapa de Pessoal Aprovado.....	74
10.5. Anexo 5 – Mapas orçamentais – Submetidos no SOE	75
10.6. Anexo 6 – Parecer do Fiscal Único	82

1. Mensagem do Conselho de Administração

“O teatro é um grande meio de civilização, mas não prospera onde não a há.”

Almeida Garrett

O ano de 2026 será, para o Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E. (TNDM II), um marco de transição e de afirmação. Após um ciclo de profunda reinvenção institucional, motivado pelo encerramento do edifício-sede para obras de requalificação financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência, o TNDM II prepara-se para regressar ao Rossio com uma missão renovada, consolidada por três anos de intensa atividade em todo o território do país. Este percurso reforçou o nosso compromisso com a coesão territorial através da cultura, com a defesa dos direitos culturais das populações e com a promoção ativa da democracia cultural.

Este regresso não é apenas físico. É simbólico. Representa a síntese entre a memória e o devir, entre a solidez de um teatro nacional que celebra o seu 180º aniversário e a urgência de responder aos desafios contemporâneos: a emergência climática, a inclusão social, a diversidade cultural e a vitalidade democrática. O TNDM II regressa ao seu edifício com uma missão ampliada, com públicos mais diversos, com práticas mais sustentáveis e com uma rede de parcerias mais robusta e estratégica.

A reabertura do edifício, prevista para meados de 2026, será celebrada como um momento de restituição simbólica e funcional. Mas será também o ponto de partida para uma nova etapa, em que o TNDM II se propõe expandir a ideia de teatro público: um espaço de encontro, de pensamento crítico, de experimentação artística e de cidadania cultural. Queremos que este regresso seja um convite à participação, à reflexão e à criação, reafirmando o papel do teatro e de seus fazedores como motor de transformação social e de imaginação de futuros.

A todos os que tornam possível este percurso — equipas, artistas, parceiros institucionais, públicos e tutelas — o nosso profundo agradecimento. O futuro do TNDM II constrói-se com e

para todas as pessoas. Juntos, continuaremos a afirmar o teatro como um bem público essencial, capaz de inspirar, questionar e unir. Um bem público civilizacional.

Lisboa, 03 de novembro de 2025

O Conselho de Administração do Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.,

Rui Catarino
(Presidente)

Sofia Campos
(Vogal)

Susana Melo
(Vogal)

2. Introdução

2.1. O Teatro Nacional D. Maria II e a sua missão

O TNDM II é uma Entidade Pública Empresarial criada pelo Decreto-Lei n.º 158/2007, de 27 de abril, cujos principais objetivos, no âmbito da sua missão de serviço público e da planificação da atividade plurianual, estão definidos nos seus Estatutos e são, sinteticamente: assegurar a prestação de um serviço público no domínio da atividade teatral, produzindo e apresentando espetáculos segundo padrões de excelência artística e técnica; divulgar a sua atividade junto de vários tipos de públicos; promover a criação e produção de dramaturgias em língua portuguesa e de obras de referência do repertório universal; contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de educação artística e de formação profissional na área teatral; acolher espetáculos nacionais e estrangeiros que permitam o desenvolvimento de novas estéticas teatrais.

Tem como prioridades abrir o Teatro às comunidades, atrair e formar novos públicos, e levar a todas as camadas da população atividades culturais e artísticas que elevem os seus padrões de exigência estética e crítica, contribuindo para o aprofundamento da democracia e da participação culturais.

Não menos importante é a sua responsabilidade institucional, ao proporcionar a profissionais da criação, da interpretação e da técnica um espaço privilegiado e seguro, onde possam desenvolver o seu talento e trabalho, com adequados recursos financeiros, técnicos e humanos, contribuindo assim para uma atividade qualificada, que se deseja reconhecida nacional e internacionalmente, capaz de atrair e fidelizar públicos variados.

Faz igualmente parte da sua missão reforçar a itinerância, a internacionalização e o acolhimento de produções nacionais e internacionais, escolhidas pela qualidade e pela atualidade das linguagens envolvidas.

Visão

Refletindo sobre as preocupações que foram emergindo ao longo dos últimos anos de atividade do teatro e, a par das demais orientações estabelecidas pelos Estatutos do TNDM II e pelas orientações de política, nos anos vindouros o TNDM II deve pautar a sua ação no sentido de:

- Ser uma instituição de excelência artístico-cultural e de referência para os públicos;
- Ser um agente de coesão territorial e de aprofundamento da democracia cultural;

- Refletir a diversidade da sociedade e assumir um papel ativo na inclusão de grupos tradicionalmente excluídos e no combate à discriminação estrutural;
- Ter um papel e uma ambição internacionais.

2.2. Enquadramento legal

O Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E., está sujeito aos poderes de superintendência e tutela dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Cultura, nos termos previstos nos seus Estatutos¹ e no regime jurídico do Setor Empresarial do Estado.

Tem a sua sede social nas instalações do Teatro Nacional D. Maria II, sito na Praça D. Pedro IV em Lisboa, e é dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Rege-se pelas normas legais que lhe sejam especialmente aplicáveis, pelos seus Estatutos e respetivos regulamentos internos, e subsidiariamente, pelo regime jurídico do setor empresarial do Estado e demais legislação aplicável às empresas públicas e, na sua falta, pelas normas de direito privado.

Constitui património próprio do TNDM II o conjunto dos bens e direitos por si adquiridos a qualquer título e pode administrar e dispor dos bens que integram o seu património, com as limitações constantes no Decreto-Lei n.º 158/2007 de 27 de abril.

Em 2017, por força da Lei de Enquadramento Orçamental, o TNDM II passou a ser uma Entidade Pública Reclassificada. As implicações desta reclassificação constituíram um retrocesso do ponto de vista administrativo e de gestão pois são contrárias ao desígnio que presidiu, em 2007, à conversão do estatuto jurídico do Teatro Nacional D. Maria II. O Decreto-Lei n.º 158/2007, de 27 de abril, que transformou o Teatro Nacional D. Maria II em Entidade Pública Empresarial, aprovando os seus estatutos, refere ser essa (a E.P.E.) a figura jurídica mais adequada "*à missão de serviço público de cultura que cabe a esta instituição, a qual, gerida embora por critérios de boa gestão empresarial que visem o equilíbrio cada vez maior entre receitas e despesas, não visa o lucro (...)*". Ora, com a reclassificação, a figura de E.P.E. é relativamente simbólica, estando esta entidade sujeita a regras muito mais restritivas e condicionadoras de uma desejável autonomia de gestão, e cuja compatibilização com a natureza da atividade do TNDM II obriga a sua equipa a uma carga acrescida de procedimentos administrativos.

¹ Publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2007, de 27 de abril

2.3. Constrangimentos

O TNDM II enquanto E.P.R.

A equiparação de uma casa de criação cultural, com todas as especificidades que encerra, a um Serviço e Fundo Autónomo da Administração Pública, acarreta um volume de restrições legais, administrativas e financeiras à execução da atividade prevista e à prestação do serviço público, muito limitadoras da capacidade de geração do efeito social virtuoso que uma instituição como esta deve proporcionar à comunidade.

A aplicação de normativos como a lei dos compromissos e pagamentos em atraso, fundos disponíveis, unidade de tesouraria do Estado, compromissos plurianuais, e outros como os procedimentos relativos aos créditos especiais, transição de saldos e a aplicação das cativações de rubricas orçamentais essenciais à prossecução da atividade, impactam de forma gravosa a atividade desta instituição e obrigam a um esforço e foco da gestão na mera tramitação burocrática associada a estes normativos.

Os *timings* de produção teatral, o planeamento plurianual da programação, a encomenda de novas obras e criações, o esforço de internacionalização da criação e de artistas nacionais, para referir apenas alguns elementos centrais à atividade de um Teatro Nacional, são limitados sob o enquadramento legal que, contranatura, é imposto ao TNDM II desde 2017. Vejam-se exemplos recentes da sujeição a cativações orçamentais nas suas receitas próprias, atrasando significativamente a contratualização com artistas e estruturas cujos projetos se encontram comprometidos com muita antecedência, acarretando incerteza para todos os que conosco trabalham.

A existência de uma lei enquadradora da atividade de artistas e profissionais do espetáculo, conjugada com as limitações referidas é particularmente difícil – veja-se a falta de autonomia para celebrar contratos de trabalho a termo com mais de 9 meses com profissionais para projetos de maior duração, ou de proceder a contratações devidamente orçamentadas de trabalhadores/as previstos/as no quadro.

Contrato-Programa

O Estado e o TNDM II não têm atualmente em vigor um contrato-programa que regule a relação entre a empresa e a sua tutela. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 14-B/2024 determina o valor da Indemnização Compensatória (IC) para o triénio 2024-2026: 7.403.760€ (2024); 7.544.431€ (2025); 7.680.231€ (2026). No entanto, o TNDM II recebeu uma comunicação por parte

do GEPAC, entidade coordenadora do programa orçamental, informando o valor da IC para o ano de 2026: 8.145.231€.

Intervenção no edifício do TNDM II no âmbito do PRR

No ano de 2026 terminarão os trabalhos de remodelação do edifício do TNDM II, com financiamento assegurado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no montante de 9,6 milhões de euros, acrescidos, em maio de 2025, de 5,5 milhões de euros para intervenções adicionais.

Esta intervenção é destinada a melhorar as condições de trabalho das equipas do TNDM II que se encontravam dispersas por diversos espaços - muitos deles improvisados em antigos corredores ou áreas que não concebidas para acomodar serviços administrativos. Esses espaços apresentavam condições pouco adequadas, especialmente no que diz respeito à ventilação, climatização, iluminação e isolamento acústico. O projeto concretiza assim a centralização dos diversos serviços num único espaço - a antiga Sala de Cenografia - com o intuito de facilitar a interação entre as diferentes direções, promovendo maior proximidade e eficiência nas suas atividades.

Paralelamente, contempla a realocação da área técnica situada na cobertura, orientada para o Largo do Regedor, bem como a consequente reorganização dos equipamentos ali instalados, atualmente com uma presença visivelmente dissonante e pouco harmoniosa.

Foram projetadas alterações no piso -2, em cave, com vista à instalação de novos equipamentos de segurança contra incêndios em edifícios (SCIE), nomeadamente depósitos de água e respetivo grupo de bombagem, substituindo os anteriormente localizados no piso 6 (cenografia). Esta intervenção permitirá a reorganização dos espaços em cave, na zona do subpalco, assegurando o cumprimento das exigências normativas vigentes em matéria de SCIE.

Decorre também um conjunto de intervenções na Sala Garrett, que resultam da necessidade de substituição das estruturas de suporte de iluminação técnica, de renovação de equipamentos de som, de instalação de projetores de vídeo e da adaptação da tribuna de honra para abertura ao público.

Foi já realizada uma intervenção nas fachadas, com reabilitação e recuperação de cantarias e implementação de um novo sistema de iluminação monumental por LED com um grande impacto na eficiência energética.

Outra intervenção com consequências significativas no que concerne a desempenho energético é a instalação de um novo sistema de climatização da Sala Garrett, corredores, Salão Nobre e Átrio.

O reforço da dotação PRR em maio de 2025 permitiu considerar a intervenção no mecanismo rotativo do palco e no quadro elétrico da mecânica de cena, há muito identificada como necessidade, mas que não tinha sido possível considerar no âmbito da intervenção original, por escassez de dotação orçamental. Esta intervenção recuperará um recurso com características únicas no panorama nacional, reforçará as valências técnicas desta sala e, consequentemente, as soluções artísticas ao dispor dos criadores que venham a trabalhar no D. Maria II. Ao mesmo tempo, esta solução garantirá melhores condições de trabalho no palco e subpalco da Sala Garrett. A intervenção no quadro da mecânica de cena aumentará a segurança, fiabilidade e precisão no controlo da maquinaria do palco, reduzindo o risco de falhas e permitindo também a integração de sistemas automatizados. Assim, ampliam-se as possibilidades cénicas e a eficiência técnica do Teatro, respondendo às atuais exigências da criação contemporânea. A oportunidade de realizar agora esta intervenção permite evitar um novo encerramento futuro da Sala Garrett para a sua execução.

Está ainda prevista uma intervenção nas zonas de acolhimento de público, nomeadamente no átrio e no Café Garrett, que atualizará as condições de conforto e funcionalidade desse espaço, incluindo a implementação de uma nova bilheteira e equipamento multifuncional.

As novas intervenções, bem como as contingências decorrentes da complexidade da empreitada original, estabelecem agora como prazo de conclusão da obra o final do primeiro semestre de 2026. Este ajustamento não compromete, contudo, o cumprimento da meta definida pelo PRR, fixada para o final de junho de 2026.

Esta extensão do prazo de empreitada não irá, no entanto, comprometer o serviço público prestado pelo TNDM II, que continuará a programar as suas temporadas em parceria com municípios de todo o país e, em Lisboa, em espaços alternativos, com vem sendo sua prática nos últimos anos.

Assim, o ano de 2026 continuará a ser atípico em várias frentes, mas preparatório da planeada reabertura do edifício do TNDM II em meados de 2026, num fechar de ciclo marcado por esse “regresso a casa”.

3. Estratégia de médio prazo, objetivos e indicadores

A atividade de 2026 do TNDM II reflete a mudança de estratégia institucional e programática que tem vindo a ser desenvolvida desde o início de 2023, em parceria com municípios de todo o país. Esta abordagem consolida uma estreita e contínua relação com o território que passa a integrar de forma regular a programação do TNDM II. Ainda que a velocidade e intensidade desta presença em todo o país seja modulada em profundidade e intensidade em função de critérios de impacto em cada território, o compromisso com a coesão territorial pela cultura passou a ser uma marca da ação do TNDM II. Simultaneamente, até à reabertura do seu edifício, o TNDM II continuará a marcar presença substantiva em Lisboa, programando um conjunto de atividades em espaços alternativos.

Dar-se-á continuidade às parcerias institucionais que suportam várias áreas da atividade do TNDM II, como sejam os projetos participativos *Atos* (com a Fundação Calouste Gulbenkian), a formação (com a Fundação GDA), os projetos dedicados ao universo escolar (com o Plano Nacional das Artes e o BPI / Fundação 'la Caixa'), os projetos *Próxima Cena* e *PANOS* (com o BPI / Fundação 'la Caixa'), os projetos de inovação (com a NTT Data Portugal) e o Prémio Revelação Ageas TNDM II (com o Grupo Ageas Portugal).

3.1. O presente e futuro do TNDM II

A história recente do TNDM II tem vindo a propor uma reinterpretação da sua missão estatutária, baseada na reflexão acerca do seu papel no sistema das artes performativas em Portugal. Os projetos e programas empreendidos a partir de 2023, num esforço de coesão territorial pela cultura, com a dessacralização da instituição e da sua imagem perante as comunidades de todo o país, permitindo alargar a sua ação a públicos ainda mais diversificados, rapidamente se tornaram essenciais ao cumprimento do serviço público que deve nortear este teatro.

Estas orientações programáticas são resultado de reflexão institucional sobre a missão do TNDM II, e que integram um conjunto de dimensões de questionamento.

O ano de 2019 foi o último no qual se pode dizer que o TNDM II cumpriu uma programação em modelo "normal" com o grosso da sua programação assente em espaços próprios e projetos de itinerância da sua atividade com um peso relativo. Passaram assim 6 anos de profunda alteração do modelo de funcionamento do teatro, por circunstâncias diversas: 2020, 2021 e início de 2022 marcados pela pandemia covid-19; 2023 com o encerramento do teatro para obras, que se prolongam por 2024 e 2025.

Neste período, o próprio sistema das artes performativas em Portugal sofreu alterações, com a criação do Estatuto do Profissional da Área da Cultura, o arranque da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, o aumento do volume de apoios concedidos pela Direção-Geral das Artes, e, naturalmente, com a evolução do panorama profissional do teatro, com um crescente número de estruturas qualificadas, dispersas pelo país (apesar da ainda enorme concentração nas principais cidades), a realizarem trabalho de enorme relevância, muitas vezes com muito poucos apoios institucionais.

O envolvimento de 12 cidades na candidatura a Capital Europeia da Cultura 2027, das quais 3 ostentam o título de Capital Portuguesa da Cultura até Évora 2027 Capital Europeia da Cultura ocorrer, denotam o saudável crescimento de uma ideia de cultura e suas políticas públicas enquanto motores de desenvolvimento e cidadania.

Também internacionalmente se verificam evoluções profundas do sistema de artes performativas, com o aumento da circulação de espetáculos, o crescimento dos níveis de financiamento para a mobilidade artística, a maior propensão dos públicos em acolher propostas internacionais e a redução das barreiras linguísticas pela maior disponibilidade de programação legendada.

Não pode, no entanto, omitir-se o recrudescimento de riscos para a criação artística e para a liberdade de expressão. Não são poucos os exemplos que surgem, também perto de nós, de atentados a essas liberdades essenciais à democracia, nomeadamente os perpetrados por forças de extrema-direita. O saneamento de diretores artísticos de teatros, a proibição de livros e espetáculos, a disrupção de eventos culturais, o uso da violência contra profissionais das artes, devem preocupar-nos a todos e em particular às instituições públicas de cultura, garante que são dos direitos culturais constitucionalmente consagrados e quasi-universalmente protegidos.

Neste contexto, e com a sedimentação da experiência dos últimos anos na estrutura e no papel do TNDM II, entende-se que o futuro do TNDM II não pode ser um “regressar” a 2019 e a uma programação “normal” na sua abrangência territorial, antes potencializando as relações estabelecidas com inúmeros teatros e municípios no combate às assimetrias no acesso das populações à participação cultural e à programação do TNDM II em particular. **O TNDM II deve ser um agente de coesão territorial e de aprofundamento da democracia cultural.**

Por outro lado, o contexto atual das artes performativas não permite ignorar a notória sub-representação de certos grupos (étnico-raciais, de género, de pessoas com deficiência e outras minorias) tradicionalmente excluídos social, laboral e artisticamente, aos quais o TNDM II tem procurado dar particular atenção, algo que se pretende continuar e reforçar, no que diz respeito à diversidade e inclusão de públicos, artistas e membros da equipa. **O TNDM II deve refletir a**

diversidade da sociedade e assumir um papel ativo na inclusão de grupos tradicionalmente excluídos e no combate à discriminação estrutural.

O regresso ao TNDM II no Rossio permitirá retomar o contacto com os seus públicos habituais e voltar ao trabalho mais sistemático do seu alargamento. Na reflexão sobre os modelos de programação a adotar serão de ter em conta elementos já identificados, como a necessidade de assegurar carreiras mais longas de espetáculos, com benefícios para os públicos; uma maior focalização na produção própria como garante de excelência artística e de maximização dos recursos e equipas do teatro; e a relação com as demais instituições culturais da cidade na criação de sinergias programáticas. **O TNDM II deve ser uma instituição de excelência artístico-cultural e de referência para os públicos.**

A dimensão internacional da atividade do TNDM II deve ser reforçada, no pressuposto de que um teatro nacional deve afirmar-se internacionalmente. A continuidade de projetos de cooperação europeia como STAGES – Sustainable Theatre Alliance for a Green Environmental Shift, as diversas candidaturas a financiamento do programa Europa Criativa que temos em curso e a participação na European Theatre Convention são suporte dessa presença internacional, que deve ser ampliada, promovendo a integração de artistas e produções portuguesas nos circuitos internacionais. Por outro lado, a apresentação de programação internacional de referência em Lisboa e em Portugal deve ser também foco do TNDM II, como forma de assegurar o acesso dos públicos portugueses a obras essenciais do teatro europeu e internacional. **O TNDM II deve ter um papel e uma ambição internacionais.**

3.2. Objetivos e indicadores

Em conformidade com o estabelecido pelo regime jurídico do sector público empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o TNDM II tem vindo a ter definidos nos seus contratos-programa, e apresenta em sede de Plano de Atividades e Orçamento, um conjunto de indicadores quantitativos de modo que a avaliação do seu desempenho seja transparente e que os objetivos definidos possam ser alvo de atuação e procura de novas soluções para que sejam atingidos.

Estes indicadores foram definidos a partir do histórico de orientações de política setorial e específicas emitidas pelas áreas governativas da Cultura e das Finanças.

Assim, em resposta às orientações setoriais e específicas são propostos os seguintes indicadores para 2026:

Criação Nacional
• Número de Produções Próprias • Número de coproduções
Serviço (ao) Público
• Número de sessões/récitas • Número de espetadores • N.º de beneficiários
Território Nacional
• Número de sessões/récitas em Itinerância nacional • Número de beneficiários em itinerância nacional • Número de municípios envolvidos
Educar com (a) Cultura
• Número de sessões/récitas de espetáculos e atividades para a infância, juventude e comunidade escolar • Número de beneficiários de espetáculos e atividades para a infância e juventude • N.º de Escolas envolvidas
Eficiência
• Taxa de ocupação dos espetáculos • Taxa de Convites • Volume de negócios ajustado • Autonomia Financeira • Eficácia social (esforço público por beneficiário)
Projeção Internacional
• Número de sessões/récitas em digressão internacional • Número de iniciativas de internacionalização
Preservar e difundir o acervo patrimonial
• Número de iniciativas de tratamento e divulgação de acervo documental, guarda-roupa e adereços
Democratização e acessibilidade
• Número de iniciativas de responsabilidade social e promoção da igualdade implementadas • Número de iniciativas de programação online • Número de beneficiário da programação online
Ligação ao universo cultural municipal e/ou da cidade
• Número de iniciativas em parceria com Entidades Culturais da Cidade de Lisboa • Número de iniciativas em parceria com Entidades Municipais

A ponderação de cada indicador e metas que foram propostos para o próximo triénio são os indicados no quadro infra e têm em linha de conta a estratégia e programação previstas e explicadas no ponto seguinte deste documento.

Avaliação de Objetivos

Orientações setoriais e específicas		INDICADOR			METAS		
		Âmbito	TPI	i	2026	2027	2028
8%	Criação Nacional	Número de produções próprias	Global	5%	1	5	8
		Número de coproduções	Global	3%	2	9	11
28%	Serviço (ao) Público	Número de sessões/récitas	Global	8%	3	750	945
		Número de espetadores	Global	12%	4	45 000	63 000
		Nº de beneficiários	Global	8%	5	55 000	73 500
17%	Território Nacional	Número de sessões/récitas em itinerância nacional	Em Itinerância	5%	6	400	420
		Número de beneficiários em itinerância nacional	Em Itinerância	7%	7	25 000	26 250
		Número de municípios envolvidos	Em Itinerância	5%	8	50	50
10%	Educar com (a) cultura	Número de sessões/récitas	Espectáculos e atividades para a infância, juventude e comunidade escolar	3%	9	150	225
		Número de beneficiários	Espectáculos e atividades para a infância, juventude e comunidade escolar	3%	10	7 500	9 000
			Dos quais em contexto escolar	2%	11	4 000	5 000
		Nº de escolas envolvidas	Global	2%	12	120	150
23%	Eficiência	Taxa de ocupação dos espetáculos	Global	4%	13	60%	65%
		Taxa de convites	Global	2%	14	15%	13%
		Volume de Negócios ajustado	Global	6%	15	1 130 382 €	1 152 990 €
		Autonomia financeira	Global	5%	16	10,0%	10,0%
		Eficácia social (esforço público por beneficiário)	Global	6%	17	140 €	107 €
5%	Projeção Internacional	Número de sessões/récitas em digressão internacional	Global	2%	18	12	18
		Número de iniciativas de âmbito internacionalização	Global	3%	19	12	15
3%	Preservar e difundir o acervo patrimonial	Número de iniciativas de tratamento e divulgação de acervo documental, guarda-roupa e adereços	De acordo com a lista anexa	3%	20	460	480
4%	Democratização e acessibilidade	Democratização do acesso	número de iniciativas de responsabilidade social e promoção da igualdade implementadas	2%	21	210	220
			Número de iniciativas de programação online	1%	22	28	28
			Número de beneficiários da programação online	1%	23	48 039	50 441
2%	Ligação ao universo cultural municipal e/ou da cidade	Número de iniciativas em parceria com Entidades Culturais da Cidade	Global	1%	24	22	30
		Número de iniciativas em parceria com Entidades Municipais	Global	1%	25	60	63

Número de iniciativas de internacionalização

Coprodução internacional (n.º de projetos)
Colaboração artística internacional (n.º de colaborações)
Tradução (n.º de traduções)
Formação internacional (n.º de ações)
Representatividade internacional (n.º de participações)
Acolhimentos internacionais (n.º de projetos)

Iniciativas de tratamento e divulgação de acervo documental, guarda-roupa e adereços

Edições (n.º)
Exposições (n.º)
Visitas Guiadas (n.º de Visitas ao edifício e Exposições)
Registos em base de dados de guarda-roupa e adereços (n.º)
Registos bibliográficos normalizados criados (n.º)
Intervenções no património edificado (n.º)

Iniciativas de responsabilidade social e promoção da igualdade

Espectáculos e atividades com interpretação em Língua Gestual Portuguesa (número de sessões)
Espectáculos e atividades com áudio-descrição (número de sessões)
Sessões descontraindas dirigidas a espetadores com deficiências intelectuais, sensoriais, sociais ou condições do espectro autista (número de sessões)
Sessões para públicos desprotegidos, com percursos de exclusão ou em situação de risco, abandono ou negligência (número de sessões)
Intervenções no edifício que promovam a acessibilidade a beneficiários com mobilidade condicionada (número de intervenções)
Ações de formação e sensibilização sobre acessibilidade (número de sessões)
Programa de estágios (número de estagiários)
Programa de voluntariado (número de voluntários)
Parcerias com entidades públicas e privadas na área da responsabilidade social (número de parcerias)

4. Plano de atividades - Projeto artístico-cultural

Atividade Artística e Programática 2026

O ano de 2026 assinala um marco histórico na vida do Teatro Nacional D. Maria II. Após três anos de profundas obras de requalificação, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o edifício do Rossio reabre as suas portas, coincidindo com a celebração dos 180 anos da sua fundação. Esta reabertura representa não apenas o regresso a casa, mas também o início de um novo ciclo na história do teatro nacional, um tempo de renovação, de afirmação da sua missão pública e de fortalecimento das suas relações com o território, as comunidades e os artistas.

Durante o período em que o edifício esteve encerrado, o TNDM II percorreu o país com o projeto Odisseia Nacional, uma experiência de descentralização e coesão territorial que transformou de forma profunda a identidade e o modo de funcionamento da instituição. Ao longo de três anos, mais de noventa concelhos receberam propostas artísticas, ações formativas e projetos de envolvimento comunitário, dando corpo a uma visão de teatro público que se constrói em rede, em diálogo com os diferentes contextos culturais e geográficos do país. Em 2026, essa aprendizagem reflete-se na reabertura do Rossio: um edifício renovado que acolhe uma instituição mais consciente do seu papel nacional e mais preparada para o exercício da democracia cultural.

As obras de requalificação do edifício deverão estar concluídas em junho de 2026, permitindo que, após um período de preparação técnica e artística, a programação de reabertura tenha início em setembro. A programação de 2026 nasce assim desse duplo gesto de regressar e recomeçar, retomando a herança de um teatro nacional e, ao mesmo tempo, reinventando a sua missão enquanto espaço plural, acessível e contemporâneo.

No primeiro semestre de 2026, o TNDM II manterá a sua atividade regular em Lisboa através da parceria com a Sala Estúdio Valentim de Barros, assegurando a continuidade da programação, da relação com o público e do trabalho com artistas e companhias, mas também prosseguirá a sua presença no território nacional, reforçando a ligação com as comunidades, os municípios e os parceiros institucionais com quem consolidou redes e colaborações durante a Odisseia Nacional.

A partir de setembro, tem lugar a grande reabertura da programação no edifício do Rossio, que assinala também o início da nova temporada artística. A Sala Garrett será inaugurada com *Macbeth*, de William Shakespeare, numa encenação de Pedro Penim. A escolha da tragédia que encerrou o teatro antes do incêndio de 1964 carrega um forte simbolismo de renascimento e

continuidade, transformando a memória das ruínas em fundação de futuro. O momento inaugural estende-se também à Praça do Rossio, com um espetáculo de *videomapping* que convida toda a cidade a celebrar o regresso do seu teatro.

Reabrir o Teatro Nacional D. Maria II não significa recentrá-lo apenas em Lisboa. Pelo contrário, a requalificação do edifício vem reforçar uma visão descentralizada e inclusiva da missão pública. A experiência acumulada na Odisseia Nacional prolonga-se agora através de programas estruturantes como o ATOS, em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian e os municípios de Lamego, S. João da Madeira, Loulé e Funchal, que continuarão a promover a participação cultural, o envolvimento cidadão e o diálogo entre práticas artísticas e contextos locais. Iniciativas como o Próxima Cena, o Festival PANOS e o Boca Aberta, todos com o apoio da Fundação “la Caixa”/BPI, garantem a continuidade de uma rede nacional de criação, formação e circulação artística, abrangendo públicos da infância à juventude e comunidades de todo o território, incluindo as regiões autónomas.

A par destas dimensões de proximidade e partilha, o TNDM II reafirma-se como espaço de criação, apresentação e pensamento artístico contemporâneo, acolhendo criadores e companhias que refletem a diversidade das práticas e linguagens teatrais do nosso tempo. As produções e coproduções nacionais e internacionais de 2026 reforçam o papel do teatro como lugar de encontro entre tempos e geografias, promovendo o diálogo entre tradição e inovação, memória e experimentação. Projetos como *Suplicantes*, de Sara Barros Leitão, *Benfornoso*, de Kéli Freitas, *A Festa*, do Teatro Experimental do Porto e da Companhia Brasileira de Teatro, ou *TOSHiiB4*, de Luísa Guerra, entre outros, exemplificam essa pluralidade de visões e discursos. No plano internacional, destacam-se colaborações com criadores e instituições da Bélgica, Palestina, Líbano, França e Espanha, consolidando o papel do TNDM II como plataforma de intercâmbio cultural e artístico.

O regresso ao edifício do Rossio coincide ainda com um importante momento de celebração e de memória institucional: as comemorações dos 180 anos do Teatro Nacional D. Maria II. Para além das iniciativas artísticas, o plano editorial destaca-se com o lançamento da coleção *Gil Vicente Completo*, coordenada por José Camões, e outras publicações que resgatam a história e a contemporaneidade do teatro português. Este gesto de edição e reflexão prolonga a missão do TNDM II como espaço de pensamento, arquivo e futuro.

Com a reabertura do edifício e a consolidação da rede nacional construída nos últimos três anos, o Teatro Nacional D. Maria II reforça a sua vocação de teatro público de todos e para todos, um teatro que regressa ao Rossio, mas não abandona o país, que volta à sua casa, mas permanece em movimento, que celebra o passado para o transformar em matéria de futuro.

4.1. Um novo rumo para a Odisseia Nacional

O projeto Odisseia Nacional, iniciado em 2023, constituiu-se como uma das mais relevantes experiências de descentralização cultural realizadas em Portugal. Concebido para um ano, rapidamente demonstrou a necessidade de prolongar a sua duração, pela dimensão e pelo impacto que alcançou junto dos artistas, das autarquias, das comunidades e dos públicos em todo o país. Ao longo de três anos, o Teatro Nacional D. Maria II percorreu o território continental e as regiões autónomas, promovendo a circulação de espetáculos, ações formativas, projetos participativos e encontros dedicados à reflexão sobre o papel da cultura e da arte na construção de uma democracia plural.

Em 2026, com a conclusão das obras no edifício do Rossio e o regresso da programação a Lisboa, encerra-se o ciclo da Odisseia Nacional enquanto projeto excecional, mas não o seu legado. O conhecimento, as redes e as parcerias criadas durante este período transformaram-se numa nova consciência institucional e num modelo de trabalho que passa a integrar de forma permanente a ação do TNDM II. A Odisseia Nacional deixa, assim, de ser uma iniciativa transitória para se tornar a base de uma política de presença territorial contínua, refletida em programas estruturais que promovem a participação, a criação e a circulação artística em todo o país.

A institucionalização dessa dimensão territorial concretiza-se através da consolidação de programas como o ATOS, desenvolvido em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian e com os municípios de Lamego, S. João da Madeira, Loulé e Funchal, que continua a articular arte, cidadania e comunidade. A esta rede juntam-se iniciativas como o Próxima Cena, o Festival PANOS e o Boca Aberta, apoiados pela Fundação “la Caixa”/ BPI, que asseguram a continuidade da relação com diferentes públicos e faixas etárias, fortalecendo o compromisso do TNDM II com a criação, a formação e o acesso à cultura em todo o território. Em 2026, o Festival PANOS realiza-se em Paredes, reforçando a sua vocação nacional e o envolvimento de jovens criadores e estruturas de ensino artístico de todo o país.

No primeiro semestre de 2026, o D. Maria II apresenta *Filodemo*, de Luís de Camões, com encenação de Pedro Penim, inserido nas comemorações dos 500 anos do nascimento do poeta. O espetáculo estreia em Lisboa, na Sala Estúdio Valentim de Barros, antes de iniciar uma digressão nacional. Nesta encenação, Pedro Penim propõe uma leitura contemporânea de uma das raras incursões de Camões no teatro, confrontando a inocência e o idealismo da comédia pastoril com as urgências do presente. Mais do que uma celebração literária, *Filodemo* afirma-

se como um gesto de reinterpretação e liberdade, reivindicando o diálogo com os clássicos como espaço de resistência e de pensamento crítico.

No segundo semestre, o projeto *Auto da Barca do Inferno*, dirigido por Raquel Castro a partir da obra de Gil Vicente, integra o programa Próxima Cena e circulará por diferentes municípios, dirigindo-se em particular ao público escolar. Concebido para aproximar os estudantes do 3.º ciclo da experiência teatral e de um dos textos centrais do currículo da disciplina de Português, o espetáculo promove um contacto vivo e atual com o património vicentino, reafirmando o papel da arte na formação crítica e cidadã das novas gerações.

O Teatro Nacional D. Maria II reafirma, deste modo, a sua vocação nacional, preservando o espírito da Odisseia Nacional e transformando-o num método de trabalho permanente, assente na cooperação, na escuta e na descentralização. Esta continuidade traduz-se numa presença ativa e regular em diversos municípios, na partilha de recursos e saberes, e na valorização das dinâmicas culturais locais. A experiência acumulada entre 2023 e 2025 demonstrou a importância de um teatro público que se constrói em movimento, próximo das comunidades e atento à diversidade do país.

A partir de 2026, a política territorial do TNDM II organiza-se em torno de eixos permanentes: a circulação de espetáculos e produções próprias; o desenvolvimento de projetos participativos e de criação colaborativa com artistas e populações locais; a promoção de ações de capacitação e formação; e a manutenção de uma rede de municípios parceiros, assegurando que o teatro nacional continua a ser um espaço de encontro, de experimentação e de cidadania cultural em todo o país.

PARTICIPAÇÃO (PROGRAMA ATOS)

Em 2026, o programa ATOS entra na sua terceira etapa, dando continuidade ao ciclo de trabalho conjunto entre o Teatro Nacional D. Maria II e a Fundação Calouste Gulbenkian, em parceria com os municípios de Lamego, S. João da Madeira, Loulé e Funchal. O objetivo central é consolidar uma relação sustentável entre poder local e comunidades, reforçando o papel dos municípios como facilitadores da participação cultural. Assente na experiência acumulada nos últimos dois anos, esta nova etapa visa desenvolver modelos de funcionamento que recentrem as instituições culturais no apoio às práticas culturais comunitárias, promovendo a iniciativa cívica e a democracia cultural.

O programa propõe a criação de Gabinetes de Participação Cultural, estruturas adaptáveis — físicas ou digitais — que incentivam o envolvimento ativo das comunidades na vida cultural dos

seus territórios. Esta linha de ação será acompanhada por uma formação especializada comum aos quatro municípios, bem como por um programa de mobilidade artística que estimula o intercâmbio entre equipas locais e a partilha de metodologias participativas. Através dos Encontros da Rede ATOS, será ainda reforçada a articulação entre todos os parceiros, fomentando a coesão e a continuidade da rede colaborativa criada desde 2024.

Complementarmente, o programa incluirá a criação de um Grupo de Especialistas para a Democracia Cultural, espaço de reflexão crítica sobre os desafios e possibilidades da participação cultural nos territórios. No encerramento do ciclo, será desenvolvido um projeto de disseminação pública que transformará as aprendizagens do ATOS num recurso útil para outras entidades culturais. Em 2026, o programa afirma-se como um instrumento estruturante de colaboração estratégica entre o TNDM II e a Fundação Calouste Gulbenkian na promoção de uma cultura mais aberta, justa e partilhada.

FORMAÇÃO (OFICINA DE TEATRO)

O projeto Oficina de Teatro, em parceria com o Plano Nacional das Artes, tem como ponto de partida a pergunta “Como se cria um grupo de teatro escolar?”. Através de residências artísticas com alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico em diferentes regiões do país, artistas desenvolvem atividades de envolvimento dos jovens com as práticas teatrais, a partir das linguagens artísticas e referências culturais locais.

O projeto pretende aproximar as escolas, os equipamentos culturais e as práticas artísticas em cada localidade, proporcionando experiências de criação que ampliem a imaginação e o pensamento crítico dos jovens. No final de cada processo, realiza-se uma partilha pública com a comunidade escolar e local. Em 2026, o TNDM II dá continuidade às Oficinas de Teatro num trabalho de aprofundamento da relação entre artistas, escolas e teatros, privilegiando residências de maior duração e processos mais imersivos.

PRIMEIRA INFÂNCIA (BOCA ABERTA)

Criado em 2015, o Boca Aberta é um projeto que promove o acesso à cultura desde a primeira infância. Após um percurso por diferentes municípios em 2024 e 2025, o projeto entra em 2026 numa nova fase, com a extensão da sua rede de colaboração aos Açores, no âmbito de Ponta Delgada – Capital Portuguesa da Cultura.

O Boca Aberta estrutura-se em três eixos — criação e apresentação, capacitação e pensamento — que dialogam entre si e envolvem artistas, mediadores e comunidades educativas. O

programa mantém a apresentação de espetáculos para crianças entre os 3 e os 6 anos, circulando entre jardins de infância e equipamentos culturais, e reforça a formação de artistas e profissionais da educação na área das artes para a infância. As Conversas de Boca Aberta, dedicadas à reflexão e partilha de experiências, consolidam o projeto como espaço de encontro entre a criação artística e a mediação cultural. Esta abordagem integrada tem permitido profissionalizar estruturas locais e garantir a sustentabilidade de uma rede nacional dedicada à criação cultural para a infância.

PENSAMENTO (PROGRAMA CENÁRIOS)

O programa CENÁRIOS constitui um grande evento de pensamento e partilha, concebido como preâmbulo da reabertura do edifício do Rossio e da nova temporada de programação. A decorrer no verão de 2026, antes da inauguração oficial da Sala Garrett, o CENÁRIOS propõe um momento de revisão crítica do triénio 2023-2025 e de antevisão do novo ciclo do Teatro Nacional D. Maria II.

O programa reunirá artistas, investigadores, programadores e pensadores em debates, mesas-redondas e conferências, complementadas por apresentações artísticas, leituras encenadas, concertos e *showcases*. Este encontro de reflexão e prática artística afirmará o TNDM II como espaço de pensamento vivo, em diálogo com o presente e orientado para o futuro.

4.2. Programação em Lisboa

A reabertura do Teatro Nacional D. Maria II em 2026 marca um novo capítulo na relação histórica da instituição com a cidade de Lisboa. Após três anos de ausência forçada do edifício do Rossio, tornou-se ainda mais evidente a importância da presença do teatro público na capital e o papel que desempenha na construção de uma vida cultural dinâmica, diversa e acessível. O regresso a Lisboa, iniciado em 2024 e consolidado em 2025, encontra em 2026 um ponto de viragem, ao conjugar a continuidade da programação em espaços parceiros com o regresso pleno ao edifício-sede no Rossio.

No primeiro semestre do ano, o Teatro Nacional D. Maria II manterá a sua atividade regular na cidade através da Sala Estúdio Valentim de Barros, um novo espaço de criação e apresentação, instalado nos Jardins do Bombarda e gerido pela Largo Residências. A colaboração com este projeto tem representado um marco fundamental na história recente do teatro, permitindo não só a sua continuidade programática durante o encerramento do edifício, mas também o

lançamento de uma nova sala de características únicas, vocacionada para a experimentação, a proximidade e o diálogo com as comunidades locais. Em 2026, a presença do Teatro Nacional D. Maria II neste espaço reafirma o seu compromisso com o ecossistema cultural da cidade e contribui para a sedimentação e continuidade da Sala Estúdio Valentim de Barros enquanto polo de criação, pensamento e colaboração artística.

A programação da Sala Estúdio Valentim de Barros no primeiro semestre de 2026 reflete essa identidade plural. O espaço acolherá a estreia de *Filodemo*, de Luís de Camões, encenado por Pedro Penim, inserido nas comemorações dos 500 anos do nascimento do poeta, antes da digressão nacional. Segue-se *TOSHiiB4*, de Luísa Guerra, espetáculo vencedor da Bolsa Amélia Rey Colaço, que propõe uma reflexão sobre a intimidade, o desejo e a tecnologia. O programa Boca Aberta, que celebra uma década de atividade dedicada à primeira infância, continuará a promover apresentações, formação e momentos de encontro entre artistas e educadores, ampliando o alcance e a rede do projeto. A Sala Estúdio Valentim de Barros acolherá ainda uma das edições do Festival Internacional de Marionetas e Formas Animadas (FIMFA), reforçando o diálogo entre linguagens e a colaboração com os principais festivais da cidade.

Estas atividades consolidam a Sala Estúdio Valentim de Barros como uma extensão natural do Teatro Nacional D. Maria II em Lisboa, um espaço laboratorial onde se cruzam a criação contemporânea, a reflexão sobre o território e a experimentação artística. O sucesso deste projeto confirma a importância de diversificar os modos de presença do teatro nacional na capital, integrando-o em novas redes e formatos de produção e apresentação.

No segundo semestre de 2026, com a conclusão das obras de requalificação e a reabertura do edifício do Rossio, inicia-se um novo ciclo de programação. A Sala Garrett volta a ser o centro de uma programação de grande escala, marcada por temporadas mais longas e projetos de maior dimensão, reforçando a visibilidade dos criadores e o contacto continuado com o público. A Sala Estúdio Amélia Rey Colaço – Robles Monteiro do edifício do Rossio será, por sua vez, um espaço dedicado à experimentação, ao pensamento e à descoberta de novas linguagens, abrindo-se a projetos de criação contemporânea, coproduções internacionais, práticas emergentes e propostas interdisciplinares.

A definição desta nova estrutura de programação resulta diretamente das aprendizagens do triénio 2023–2025. A experiência da Odisseia Nacional e o período de trabalho em rede com múltiplos espaços e parceiros evidenciaram a necessidade de um modelo de gestão artística flexível, capaz de equilibrar continuidade e renovação, tradição e experimentação, centro e periferia. Em 2026, a política programática do Teatro Nacional D. Maria II em Lisboa materializa-

se, assim, num sistema articulado entre o Rossio e os espaços parceiros, integrando diferentes escalas e temporalidades de criação.

Com a reabertura do seu edifício e a consolidação da Sala Estúdio Valentim de Barros como novo espaço de referência, o Teatro Nacional D. Maria II reforça a sua vocação como teatro público de Lisboa e de todo o país, um teatro de portas abertas que conjuga herança e futuro, rigor e risco, presença e movimento.

4.3. Sinopses dos Espetáculos

A programação de 2026 do Teatro Nacional D. Maria II reflete o início de um novo ciclo artístico, marcado pela reabertura do edifício do Rossio e pelo regresso da sua atividade plena à capital. Depois de três anos de trabalho em rede e de presença em todo o território, o teatro retoma agora as suas temporadas em Lisboa, incorporando as aprendizagens do período anterior e afirmando um modelo de programação que articula tradição e inovação, centro e território, criação e pensamento.

1. Criação Nacional e Produções Próprias

A reabertura do Teatro Nacional D. Maria II será marcada por *Macbeth*, de William Shakespeare, encenação de Pedro Penim, espetáculo que assinala o renascimento simbólico da Sala Garrett e o reencontro do teatro com a sua história.

Benfornoso, de Kéli Freitas, parte da realidade da Rua do Benfornoso, no centro de Lisboa, para dar voz às comunidades migrantes e pós-coloniais que habitam os arredores do Teatro Nacional D. Maria II. O projeto inscreve-se num percurso de criação colaborativa e inclusão social, afirmando o teatro como espaço de escuta e reconhecimento.

Suplicantes, de Sara Barros Leitão, revisita a tragédia de Ésquilo, articulando o mito das mulheres que pedem asilo com as políticas migratórias da Europa contemporânea. Coproduzido com diversas estruturas nacionais, o espetáculo propõe uma reflexão sobre hospitalidade, fronteiras e democracia.

A Festa, criação conjunta do Teatro Experimental do Porto e da Companhia Brasileira de Teatro, com direção de Márcio Abreu e Gonçalo Amorim, investiga a celebração como espaço político e afetivo, onde arte e convivência se cruzam.

We'll Fix It in Post, de Cão Solteiro e André Godinho, integra a programação do Festival Alcantara e celebra quase três décadas de trabalho da companhia, combinando teatro e cinema num espetáculo que transforma o fim em festa e reflexão.

2. Coproduções e Parcerias Internacionais

O Teatro Nacional D. Maria II reforça, em 2026, a sua presença internacional através de colaborações com instituições e festivais de referência.

Casa Portuguesa, criação de Pedro Penim estreada em 2022, será apresentada no Théâtre de Liège, na Bélgica, marcando a circulação internacional das produções do Teatro Nacional D. Maria II.

Yes Daddy, dos palestinianos Bashar Murkus e Khulood Basel, propõe um confronto intenso entre intimidade, poder e vulnerabilidade, e será apresentado em Lisboa no âmbito do programa internacional do teatro.

When I Saw the Sea, do coreógrafo libanês Ali Chahrour, integra igualmente o Festival Alcantara e dá voz a histórias de resistência e emancipação de mulheres migrantes, no cruzamento entre dança, música e testemunho.

No Festival de Almada, o espetáculo *Israel & Mohamed*, de Israel Galván e Mohamed El Khatib, apresenta uma “dança documental” sobre memória e identidade, prolongando a linha de colaborações artísticas internacionais do teatro.

O TNDM II acolherá também uma nova edição da École des Maîtres, programa europeu de formação teatral avançada que junta artistas emergentes de diferentes países e metodologias de criação contemporânea.

3. Programas de Criação e Circulação Nacional

A circulação e descentralização continuam a ser eixos centrais da atividade do Teatro Nacional D. Maria II em 2026, reforçando o diálogo com municípios, estruturas artísticas e comunidades.

Filodemo, de Luís de Camões, encenação de Pedro Penim, estreia na Sala Estúdio Valentim de Barros e segue em digressão nacional durante o primeiro semestre, no âmbito das comemorações dos 500 anos do nascimento do poeta. A encenação propõe um olhar contemporâneo sobre o legado camoniano e a sua atualidade simbólica.

O Auto da Barca do Inferno, projeto da companhia Razões Pessoais dirigido por Raquel Castro, insere-se no programa Próxima Cena, apoiado pela Fundação “la Caixa”/ BPI. Dirigido à

comunidade escolar, o projeto tem como base o texto de Gil Vicente e promove o contacto direto dos estudantes com o teatro e com a reflexão crítica sobre a cidadania e a cultura.

O programa ATOS, desenvolvido em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian e os municípios de Lamego, São João da Madeira, Loulé e Funchal, entra na sua terceira etapa, consolidando o trabalho em torno da participação cultural e da democracia artística. Em 2026 serão criados Gabinetes de Participação Cultural e um programa de mobilidade e formação partilhado entre equipas locais.

O Boca Aberta, projeto dedicado à criação para a primeira infância, celebra dez anos e amplia o seu alcance com novas parcerias, incluindo a região dos Açores, no âmbito de Ponta Delgada – Capital Portuguesa da Cultura. Com apoio da Fundação “la Caixa”/ BPI, o projeto reforça os eixos de criação, capacitação e pensamento, envolvendo artistas, educadores e estruturas locais na consolidação de uma rede nacional de criação cultural para a infância.

O Festival PANOS – palcos novos palavras novas, que promove o teatro juvenil e a nova dramaturgia, realiza-se em 2026 em Paredes, apresentando os espetáculos finalistas e o lançamento do volume anual de textos originais encomendados a autores contemporâneos.

4. Festivais e Projetos Especiais em Lisboa

O Teatro Nacional D. Maria II reafirma-se como parceiro das principais iniciativas culturais da cidade de Lisboa, acolhendo e promovendo projetos que cruzam linguagens e públicos.

A Sala Estúdio Valentim de Barros será palco de uma nova edição do Festival Internacional de Marionetas e Formas Animadas (FIMFA), dirigido por Luís Vieira e Rute Ribeiro, que reúne artistas e companhias de todo o mundo, explorando novas abordagens ao teatro visual e à marioneta contemporânea.

O Festival Alcantara contará com a apresentação de *We'll Fix It in Post*, de Cão Solteiro e André Godinho, e *When I Saw the Sea*, de Ali Chahrour, reforçando o diálogo entre criadores nacionais e internacionais em torno da experimentação e da reflexão política.

Para assinalar a reabertura do teatro, a Praça do Rossio acolherá um espetáculo de *videomapping* que transformará a fachada do edifício num espaço de celebração pública e partilhada. Este evento marca simbolicamente o reencontro entre o Teatro Nacional D. Maria II e a cidade.

5. Formação, Jovens Artistas e Pensamento

O Teatro Nacional D. Maria II mantém em 2026 uma forte aposta na formação e na reflexão crítica, envolvendo jovens artistas e públicos.

O programa de estágios para atores recém-licenciados culminará com a apresentação do espetáculo *A Cantora Careca*, sob direção de Beatriz Batarda, oferecendo a jovens intérpretes uma experiência de criação e integração profissional.

O projeto Oficina de Teatro, em parceria com o Plano Nacional das Artes, prossegue com residências em escolas de norte a sul do país, aproximando artistas, estudantes e comunidades locais, e estimulando a curiosidade e o gosto pelo teatro entre os mais jovens.

O programa Cenários, apresentado no edifício do Rossio como preâmbulo da nova temporada, será um grande encontro de pensamento e reflexão sobre o triénio 2023–2025 e uma antevisão do novo ciclo artístico do teatro, envolvendo artistas, investigadores e programadores.

A Última Sexta-feira, evento mensal dedicado a jovens artistas e ativistas, continuará a promover encontros abertos e multidisciplinares sobre temas urgentes do nosso tempo, reforçando o diálogo entre arte, ecologia e participação cívica.

A programação de 2026 do Teatro Nacional D. Maria II inaugura um novo ciclo de criação, circulação e pensamento, que projeta as aprendizagens do triénio anterior num futuro de maior estabilidade e ambição artística. Com o regresso ao Rossio e o reforço da presença no território, o teatro afirma-se como uma instituição pública em movimento, comprometida com a contemporaneidade, a diversidade e a construção de um espaço cultural verdadeiramente partilhado.

4.4. Público escolar e infantojuvenil

O Teatro Nacional D. Maria II prossegue, em 2026, a consolidação de três programas estruturantes que ligam criação, formação e participação, envolvendo artistas, escolas, municípios e comunidades em todo o país. Estes projetos — Boca Aberta, PANOS e Oficinas de Teatro — constituem eixos centrais da estratégia de mediação e democratização cultural do teatro nacional, promovendo a relação entre arte e educação, entre criação e território, e entre gerações.

O Boca Aberta é um projeto dedicado à criação artística para a primeira infância, criado em 2015 e desenvolvido desde 2024 como iniciativa conjunta do Teatro Nacional D. Maria II e da Fundação “la Caixa”, em colaboração com o BPI e o Plano Nacional das Artes. Em 2026, o projeto celebra

o seu décimo aniversário e estende-se pela primeira vez aos Açores, no âmbito de Ponta Delgada – Capital Portuguesa da Cultura.

Durante este novo ciclo, o Boca Aberta reforça a articulação entre os seus três eixos de ação — criação e apresentação, capacitação e pensamento —, envolvendo artistas, educadores, mediadores e estruturas culturais locais. Os espetáculos continuam a circular entre jardins de infância e equipamentos culturais, afirmando as crianças como espectadores do presente e agentes de curiosidade e descoberta.

A formação dirige-se a artistas e profissionais da educação, com ações de capacitação que promovem a qualificação e o diálogo entre práticas pedagógicas e artísticas. Paralelamente, as Conversas de Boca Aberta continuam a constituir um espaço de reflexão e partilha sobre criação e mediação cultural para a infância.

Este programa tem permitido construir uma rede nacional de produção cultural para a infância, contribuindo para a profissionalização de artistas e estruturas e para a consolidação de uma comunidade artística dedicada a este público.

O PANOS – Palcos Novos Palavras Novas, projeto de teatro juvenil que se realiza anualmente desde 2006, volta em 2026 a reunir jovens de todo o país, entre os 12 e os 19 anos, em torno da leitura, criação e apresentação de novas dramaturgias. O projeto é uma iniciativa do Teatro Nacional D. Maria II e da Fundação “la Caixa”, em colaboração com o BPI. A edição de 2026 realiza-se em Paredes, em parceria com o município e os seus equipamentos culturais, prolongando a descentralização iniciada nos últimos anos e consolidando a rede de grupos juvenis de teatro em todo o território.

Ao longo do ano, dezenas de grupos escolares e associativos ensaiam e apresentam as suas versões de textos originais encomendados a três autores contemporâneos, num processo que envolve oficinas, encontros e diálogo direto entre criadores e participantes. Seis dos espetáculos serão selecionados por um júri para apresentação no Festival PANOS, que constitui o momento culminante deste percurso coletivo. O projeto prossegue assim a sua missão de promover o teatro como espaço de expressão, formação e cidadania, incentivando as novas gerações a tomar a palavra e a participar ativamente na vida cultural.

As Oficinas de Teatro, projeto desenvolvido em parceria com o Plano Nacional das Artes desde 2023, prosseguem o seu percurso em 2026, aprofundando o modelo de residências artísticas em escolas de norte a sul do país. Estas oficinas, dirigidas a estudantes do 2.º e 3.º ciclos, fomentam o contacto direto com a criação teatral, promovendo o gosto pela arte e pela experimentação. Artistas convidados desenvolvem, ao longo do ano letivo, processos de criação com as turmas

envolvidas, propondo experiências que dialogam com o quotidiano dos jovens e com o contexto local. No final de cada residência, o trabalho é partilhado publicamente, em apresentações informais que envolvem a comunidade escolar e as famílias. Paralelamente, o programa integra oficinas para jovens fora do contexto escolar, masterclasses para educadores e profissionais da cultura e encontros de reflexão sobre o papel do teatro na formação das novas gerações. Em 2026, o projeto prossegue com um novo grupo de municípios parceiros, consolidando a rede nacional de criação e educação artística.

Estes três programas complementam o trabalho desenvolvido no âmbito do Programa ATOS, aprofundando o compromisso do Teatro Nacional D. Maria II com as práticas de mediação e participação cultural. Em conjunto, afirmam uma visão integrada que valoriza a criação em diálogo com os territórios, a educação artística e a formação de públicos, reforçando a dimensão transformadora e democrática do teatro público em Portugal.

4.5. Plano editorial e expositivo

Em 2026, o Teatro Nacional D. Maria II reforça o seu papel como editor e promotor de pensamento crítico e teatral, consolidando uma linha editorial que combina a preservação do património com a valorização da criação contemporânea. O trabalho editorial e expositivo integra-se plenamente na missão pública do Teatro, contribuindo para a difusão do repertório clássico e moderno, a investigação artística e teórica e a aproximação entre o público e a história viva do teatro português.

A edição de textos de teatro, estudos e publicações institucionais mantém-se como uma vertente essencial da atividade do D. Maria II, assegurando a continuidade de coleções já reconhecidas — “Textos de Teatro”, “Estudos”, “Biblioteca Básica de Teatro” e “Panos” — e ampliando o seu alcance através de traduções de obras fundamentais da teoria e da dramaturgia contemporânea. A publicação bilingue de volumes críticos do teatro português contemporâneo continuará a promover internacionalmente a criação nacional, em articulação com o trabalho artístico e a circulação das produções do Teatro.

O ano de 2026 marca ainda o lançamento do primeiro volume da coleção “Gil Vicente Completo”, publicada em parceria com a editora Bicho-do-Mato e coordenada cientificamente por José Camões, do Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Esta coleção, composta por cinco volumes, apresenta a obra integral de Gil Vicente com ortografia modernizada e glossários de apoio à leitura, visando uma ampla divulgação junto do grande público, nomeadamente entre os leitores mais jovens. O primeiro volume incluirá uma

introdução que contextualiza o projeto no âmbito das comemorações dos 180 anos do Teatro Nacional D. Maria II, patronado precisamente pelo autor fundador do teatro português. Trata-se de uma iniciativa de grande alcance simbólico, que reafirma o papel do D. Maria II como guardião e mediador do património teatral nacional.

Nas suas edições, o Teatro Nacional D. Maria II continuará também a publicar biografias de figuras centrais do teatro português — como *Carlota Talassi*, protagonista do primeiro volume da coleção “Biografias do Teatro Português: Mulheres” —, estudos dedicados à criação contemporânea e reedições de textos históricos e académicos fundamentais, em colaboração com artistas, investigadores e instituições de ensino superior.

Entre os lançamentos editoriais previstos para 2026 contam-se *Terra Nullius*, de Paula Diogo de Carvalho; *Macbeth*, de William Shakespeare (na tradução de Manuel Bandeira e com prefácio de Tiago Bartolomeu Costa); *As Suplicantes*, de Ésquilo (tradução de Sofia Frade e Sara Barros Leitão); *30 anos Teatro Praga*; *Panos: Palcos Novos, Palavras Novas [2025]*, com textos de Ana Markl, Joaquim Arena e Mariana Jones; *Atriz e Ator. Artistas (Vol. IV)*, de João Brites e Teatro O Bando; e o já referido *Gil Vicente – Volume I*, coordenado por José Camões.

Ler teatro é um exercício de imaginação e de presença. Há quem o faça em silêncio, construindo cenários mentais, e há quem o viva em voz alta, dramatizando as palavras. Dentro destas edições — tantas vezes discretas no formato, mas imensas no conteúdo — habitam as vozes de autores que moldaram a história da civilização e de criadores contemporâneos que desafiam o presente e antecipam o futuro. O Teatro Nacional D. Maria II assume, assim, a responsabilidade de preservar e difundir esse património escrito, mas também de o recontextualizar e atualizar, tornando-o acessível a novas gerações de leitores e espectadores.

O trabalho editorial do D. Maria II é, por isso, uma dimensão indissociável da sua missão de serviço público e um contributo estruturante para o ecossistema cultural português, ao serviço da memória, da reflexão e da renovação artística.

No plano expositivo, o Teatro Nacional D. Maria II prepara duas mostras que reforçam a relação entre o património material e a criação contemporânea: a exposição permanente *4.ª Ordem*, dedicada à história e aos objetos emblemáticos do Teatro, e a exposição *Rossio – Fotografia de Cena*, que apresentará uma leitura visual da reabertura do edifício e da sua programação. Ambas as iniciativas sublinham o papel do Teatro como espaço de memória viva e de mediação cultural.

O eixo editorial e expositivo articula-se, assim, com as dimensões artística, educativa e territorial do Teatro Nacional D. Maria II, contribuindo para um projeto coerente e contínuo de valorização

do pensamento, da criação e do património, no ano em que o Teatro celebra 180 anos de existência e renova o seu compromisso com o futuro.

4.6. Representatividade nacional e internacional

Nacional

Em 2026, o Teatro Nacional D. Maria II reafirma o seu papel como instituição pública de alcance nacional, prosseguindo a sua missão de promover o acesso equitativo à cultura em todo o território português. A circulação de espetáculos, programas de criação e projetos educativos e participativos — entre eles Atos, Boca Aberta e Oficina de Teatro — continuará a assegurar a presença regular do D. Maria II nas várias regiões do país, dando continuidade à rede de cooperação criada durante a Odisseia Nacional.

Esta atuação territorial complementa a reabertura do edifício do Rossio, reforçando a ideia de um teatro nacional que se expande para lá da sua sede e que continua a servir comunidades locais, públicos escolares e estruturas artísticas de norte a sul do país. O D. Maria II mantém assim o compromisso de descentralizar a criação, de fortalecer os laços entre os teatros municipais e as companhias independentes e de contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor cultural.

A equipa do Teatro continuará também a desenvolver ações de formação e capacitação para profissionais da área da cultura, partilhando metodologias de trabalho e promovendo a qualificação técnica e artística do setor. Estas atividades, realizadas em articulação com a Direção-Geral das Artes e a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, consolidam o papel do D. Maria II como um recurso estratégico e colaborativo ao serviço do ecossistema cultural nacional.

No plano institucional, o Teatro Nacional D. Maria II mantém a sua participação na PERFORMART – Associação para as Artes Performativas em Portugal, integrando a sua Direção, que visa a promoção e representação do setor das artes do espetáculo, reforçando a coesão e a colaboração entre estruturas de criação, programação e produção em todo o país.

O TNDM II é também associado da Acesso Cultura, associação que promove o acesso – físico, social e intelectual – à participação cultural, em linha com o profundo trabalho de alargamento da sua acessibilidade que tem vindo a desenvolver há mais de uma década.

Internacional

Em 2026, o Teatro Nacional D. Maria II reforça a sua presença no panorama internacional, intensificando o diálogo artístico e cultural com diferentes geografias e consolidando o seu papel como embaixador do teatro português no estrangeiro.

A circulação internacional das produções do Teatro será uma das vertentes centrais desta estratégia. *Casa Portuguesa*, de Pedro Penim, será apresentada no Théâtre de Liège, na Bélgica, numa nova etapa da sua difusão europeia, afirmando o D. Maria II como parceiro de referência na criação contemporânea.

O Teatro Nacional continuará também a integrar redes e projetos de cooperação artística e institucional, entre os quais *Unlearning for Future*, *Voices* e *Journalism Theatre*, atualmente em candidatura ao programa Europa Criativa da União Europeia. Estes projetos promovem o intercâmbio de artistas, o desenvolvimento de práticas sustentáveis e inclusivas e a investigação das relações entre teatro, política e comunicação. As parcerias internacionais constituem um pilar essencial para a internacionalização dos artistas portugueses e para o fortalecimento das relações entre o D. Maria II e os principais centros de criação europeus.

O D. Maria II manterá igualmente a sua colaboração com a École des Maîtres, projeto internacional de formação teatral avançada que reúne jovens artistas de toda a Europa sob a orientação de criadores de renome, e com a ETC – European Theatre Convention, rede europeia de teatros públicos que promove a criação artística, a mobilidade e o pensamento crítico em torno das artes performativas.

A nível institucional, o Teatro prossegue, através da Performart, a sua participação na PEARLE – Performing Arts Employers Associations League Europe, reforçando a articulação com organismos europeus e redes de representação profissional, e mantendo-se ativo nos principais fóruns de discussão e cooperação internacional.

A internacionalização do D. Maria II estende-se ainda ao espaço lusófono, através de colaborações e intercâmbios que procuram fortalecer as ligações culturais com países da CPLP. Projetos como *Benfornoso*, de Kéli Freitas, assinalam essa vontade de diálogo com as comunidades migrantes e com a diversidade das identidades que compõem o mundo de língua portuguesa, sublinhando o papel do teatro como espaço de encontro e de reconhecimento.

No ano em que celebra 180 anos de história, o Teatro Nacional D. Maria II afirma-se, assim, como uma instituição de referência nacional e internacional, comprometida com a criação contemporânea, a formação, a cooperação e a circulação de ideias e artistas, contribuindo para o reforço da presença de Portugal no panorama teatral europeu e global. Todas estas ações

inscrevem-se num compromisso institucional com a sustentabilidade, a inclusão e a diplomacia cultural, princípios que orientam a ação do Teatro e reforçam a sua dimensão pública e internacional.

4.7. Responsabilidade social e igualdade

O Teatro Nacional D. Maria II mantém, em 2026, o compromisso de integrar a responsabilidade social e a igualdade como eixos estruturantes da sua missão de serviço público. O ano da reabertura do edifício do Rossio assinala não apenas a recuperação física de um espaço simbólico, mas também a concretização de um trabalho contínuo na promoção da acessibilidade, da inclusão e da diversidade, iniciado ao longo dos anos de descentralização.

Promoção global da acessibilidade

Encerrado em 2023 para obras de requalificação no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, o edifício do Teatro Nacional D. Maria II reabre em 2026 com condições profundamente melhoradas ao nível da acessibilidade universal. O processo de renovação permitiu uma transformação estrutural que assegura o acesso equitativo a todos os públicos e profissionais, tanto nos espaços de fruição como nas áreas técnicas e de bastidores.

Entre as principais intervenções realizadas destacam-se:

- a reconfiguração do átrio, com bilheteira e livraria integradas e acessíveis;
- a colocação de corrimãos no acesso ao átrio e ao Salão Nobre;
- a adaptação de camarins e zonas técnicas para artistas com mobilidade reduzida;
- a implementação de sinalética acessível nas áreas públicas e de trabalho;
- a criação de acessos universais à Sala de Cenografia, ao guarda-roupa e aos figurinos.

Estas melhorias materiais complementam-se com um plano contínuo de inclusão nas práticas artísticas, comunicacionais e institucionais. Em 2026, o D. Maria II continuará a garantir, sempre que possível, a presença de recursos de acessibilidade — como interpretação em Língua Gestual Portuguesa, audiodescrição e legendagem — nos espetáculos apresentados em Lisboa e em digressão nacional.

No território, a estratégia de acessibilidade prossegue o trabalho desenvolvido com os diversos parceiros, através da promoção de boas práticas e da capacitação técnica de equipas locais. Este movimento contribui para a criação de condições de igualdade de acesso em todo o país,

reduzindo assimetrias e reforçando o papel do D. Maria II como agente de transformação cultural.

Formação e Capacitação

A acessibilidade é entendida também como um processo de aprendizagem contínua. Em 2026, o D. Maria II reforça a formação interna dos seus trabalhadores, com especial incidência na área do atendimento inclusivo, da linguagem neutra e da comunicação acessível. O curso de Língua Gestual Portuguesa, as formações em atendimento a pessoas com necessidades específicas e os módulos sobre práticas inclusivas permitirão aprofundar a capacitação das equipas e promover uma cultura institucional de empatia e escuta ativa.

Paralelamente, o Teatro continuará a oferecer ações de formação e acompanhamento dirigidas a profissionais de equipamentos culturais parceiros, consolidando uma rede de agentes capacitados para integrar políticas de acessibilidade nas suas programações e práticas diárias. Estas ações visam alargar o impacto do trabalho do D. Maria II, multiplicando o efeito transformador do investimento feito durante o período de requalificação.

Monitorização e avaliação

A monitorização e avaliação das ações de acessibilidade e inclusão permanecem um eixo essencial da estratégia institucional do Teatro. Em 2026, serão aprofundados os processos de recolha e análise de dados, combinando métodos quantitativos e qualitativos que permitam compreender de forma rigorosa o impacto das práticas adotadas.

A metodologia de investigação-ação continuará a orientar este trabalho, permitindo captar as experiências e significados atribuídos pelos diferentes públicos e participantes. A partir destas análises, o D. Maria II produzirá conhecimento útil à melhoria das suas políticas e à disseminação de boas práticas junto de parceiros e entidades culturais.

O ano da reabertura será, assim, também um momento de escuta e reflexão. Pretende-se consolidar espaços de encontro e circulação de informação, internos e externos, envolvendo organizações académicas, instituições congéneres e comunidades locais, de modo a reforçar o papel do Teatro como referência nacional na promoção da igualdade de acesso à cultura.

Em 2026, o Teatro Nacional D. Maria II renova o seu compromisso com a acessibilidade e a igualdade, entendendo-os não como um conjunto de medidas isoladas, mas como princípios orientadores da sua ação. Cada melhoria no edifício, cada espetáculo acessível, cada formação ou parceria traduz uma visão de teatro público assente na inclusão, na escuta e na partilha. Reabrir o D. Maria II é, assim, reabrir também um espaço de cidadania e de encontro, onde todas as pessoas, independentemente das suas condições, possam sentir-se parte do mesmo palco comum que é a cultura.

4.8. Parcerias

Em 2026, o Teatro Nacional D. Maria II reforça a importância estratégica das suas parcerias como alicerce essencial da sua missão de serviço público. O ano da reabertura do edifício do Rossio marca um novo ciclo de cooperação com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, que têm contribuído para o desenvolvimento, diversificação e sustentabilidade das atividades do Teatro.

Mantendo o percurso iniciado em 2018, o D. Maria II continuará a valorizar as instituições e organizações que o têm acompanhado ao longo dos últimos anos, aprofundando as relações que se revelaram fundamentais para o sucesso dos projetos artísticos, formativos e editoriais. Ao mesmo tempo, o Teatro prosseguirá o trabalho de pesquisa e estabelecimento de novas parcerias, alargando o seu espectro de colaboração a áreas emergentes como a sustentabilidade, a inovação, a transição digital e o desenvolvimento de práticas culturais inclusivas.

Estas parcerias traduzem-se em diferentes formas de apoio — desde o mecenato e o patrocínio à coprodução e à cooperação técnica — e têm um impacto direto na concretização de projetos de criação, circulação e formação. São também decisivas para o reforço da dimensão educativa e participativa do Teatro, bem como para a consolidação de programas de longa duração como o Boca Aberta, o ATOS ou o Próxima Cena.

Em 2026, o D. Maria II prosseguirá igualmente o trabalho de estreita articulação com as principais instituições culturais, empresariais e académicas do país, com destaque para a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação “la Caixa” / BPI, o Grupo Ageas Portugal, a NTT Data, o Plano Nacional das Artes, o Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a Fundação GDA, a Direção-Geral das Artes, a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e as Câmaras Municipais parceiras em todo o território nacional.

O Teatro continuará ainda a fomentar colaborações internacionais no quadro das suas coproduções e projetos europeus, fortalecendo a sua presença nas redes profissionais e culturais

e contribuindo para a afirmação de Portugal no contexto das artes performativas contemporâneas.

Este conjunto diversificado de parcerias — institucionais, territoriais, empresariais e artísticas — constitui um fator determinante para a sustentabilidade e relevância pública do Teatro Nacional D. Maria II, garantindo a continuidade de uma ação cultural descentralizada, plural e partilhada.

As parcerias representam, assim, um pilar essencial da autonomia artística e da sustentabilidade financeira do Teatro. Permitem diversificar as fontes de financiamento, ampliar o alcance social e geográfico da sua ação e consolidar o seu papel enquanto instituição pública de referência, que se renova e expande através da colaboração e da partilha de recursos, saberes e responsabilidades.

4.9. Comunicação

Em 2026, o Teatro Nacional D. Maria II reabre o edifício do Rossio, em Lisboa, após três anos de encerramento para obras de requalificação. A atividade do Teatro voltará a concentrar-se no edifício-sede, com uma programação regular que marcará o regresso deste espaço emblemático à cidade. Em paralelo, manter-se-á uma presença em várias regiões do país, em articulação com os parceiros locais, assegurando a continuidade da sua missão de serviço público e de coesão territorial.

O Plano de Comunicação e Marketing de 2026 tem como principal objetivo acompanhar este momento histórico de reabertura, reforçando a notoriedade da instituição e a sua relação com os públicos. A estratégia assentará na valorização simbólica e mediática do regresso do Teatro ao Rossio, na consolidação da sua presença digital e na ampliação da visibilidade da programação nacional. O plano aposta numa comunicação integrada, articulando campanhas institucionais e programáticas, comunicação territorial e estratégias digitais inovadoras, promovendo uma imagem coerente, contemporânea e acessível.

Comunicação Programática

No início do ano será lançada uma campanha de comunicação dedicada à reabertura do edifício, com forte presença em meios de comunicação exterior, transportes públicos, imprensa e

plataformas digitais. Esta será a principal campanha de 2026, sublinhando o regresso do Teatro ao Rossio e a sua reaproximação à cidade de Lisboa.

Ao longo do ano, os espetáculos de carreira mais longa contarão com campanhas próprias, assegurando maior visibilidade junto dos públicos, e em novembro decorrerá uma campanha de maior dimensão associada ao produto de Natal do Teatro. A programação nacional continuará a ser divulgada em articulação com os parceiros locais, garantindo a visibilidade dos projetos nas diferentes regiões e reforçando o impacto territorial da atividade do D. Maria II.

Serão produzidos dois programas semestrais em papel, que destacarão a programação do Teatro em Lisboa e em todo o país. Estes materiais gráficos serão distribuídos em pontos estratégicos da capital e em espaços parceiros, assegurando uma comunicação abrangente e continuada.

A comunicação digital manterá um papel prioritário, com presença ativa nas redes sociais e campanhas de publicidade segmentada. Em 2026 será integrado um novo sistema de CRM, que permitirá uma gestão mais eficiente dos dados de espectadores e participantes, bem como das informações provenientes da Livraria do Teatro e da Biblioteca | Arquivo. Esta ferramenta potenciará a criação de campanhas mais personalizadas e o aprofundamento da relação com os públicos. A estratégia digital será complementada pela produção contínua de conteúdos audiovisuais e pela dinamização da rede de influenciadores, ampliando o alcance da comunicação e diversificando os públicos.

Durante o ano será também concretizada a reformulação do site institucional, com um novo grafismo, funcionalidades acrescidas e uma maior atenção à experiência do utilizador, assegurando igualmente o cumprimento integral dos requisitos de acessibilidade. Os materiais de comunicação específicos, como programas, folhas de sala, cartazes, *x-banners*, bandeirolas e campanhas *out of home*, continuarão a ser produzidos de acordo com as características de cada projeto e com o respetivo público-alvo.

Comunicação Institucional

Ao nível institucional, o plano de comunicação prevê a continuidade do podcast TEATRA, com a participação de personalidades relevantes da cultura nacional e internacional. A assessoria de imprensa manterá a sua estratégia de ação, com particular enfoque na comunicação da reabertura do edifício do Rossio e na consolidação da atividade do Teatro em Lisboa, sem descurar a divulgação das iniciativas com impacto nacional.

As parcerias de comunicação com entidades como a RTP e a FNAC serão mantidas, reforçando o alcance das atividades do Teatro em todo o território. Em 2026 será também desenvolvido um projeto de merchandising institucional, disponível na Livraria do Teatro, como mais um ponto de contacto e de valorização da marca D. Maria II.

Identidade Gráfica

A identidade gráfica do Teatro, renovada em 2025, evoluirá em 2026, ajustando-se à nova etapa da instituição e ao regresso da atividade ao edifício do Rossio. Esta evolução permitirá consolidar a imagem visual e comunicacional do Teatro Nacional D. Maria II, reforçando a sua coerência, atualidade e acessibilidade, e afirmando-o como uma instituição pública de referência, moderna e próxima dos seus públicos.

5. Investimento

O investimento, quer na preservação patrimonial, material e imaterial de um edifício Monumento Nacional, quer na manutenção e atualização técnica, de conforto e de acessibilidade do público, dos artistas, técnicos e colaboradores, representa um enorme esforço e não pode deixar de ser uma das prioridades desta instituição.

Decorridos mais de 45 anos da reabertura do teatro, em 1978 - após a sua destruição quase integral no incêndio de 1964 - e sem ter sido alvo, nesse período, de intervenções estruturais de fundo, o edifício encontrava-se desadequado face à forma de operar de uma instituição com as características do TNDM II e apresentava patologias e necessidades de intervenção de relevo, cujo sucessivo adiamento foi agravando os riscos para a segurança pessoas, bens, equipamentos e instalações, conforme vimos a alertar nos últimos anos.

Um dos problemas sucessivamente apresentado prendia-se com as condições ambientais de trabalho de grande parte dos trabalhadores. Condições que eram muito precárias, devido à falta de espaços de trabalho adequados do projeto de reabilitação após o incêndio. Tal como grande parte dos teatros com mais de algumas décadas de existência, o TNDM II não dispunha de espaços administrativos em quantidade e qualidade suficiente, fazendo com que tenha sido necessário, ao longo das décadas, “anexar” para espaço de escritório zonas do teatro cuja função original não era essa. Isto resultou numa situação prevalecente de espaços de trabalho desadequados em termos de área, luminosidade, climatização e conforto. Neste contexto, iniciou-se em 2019 o projeto para reconversão da atual Sala de Cenografia numa zona de

escritório que garanta condições adequadas para o desempenho de funções maioritariamente administrativas. A inclusão deste projeto na componente Cultura/Património Cultural do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) permitiu encontrar o almejado financiamento para a sua execução, que está em curso, prevendo-se a conclusão das obras em meados de 2026. Assim, a maioria do investimento previsto é no âmbito do PRR (2.000.000€), prevendo-se também alguns investimentos paralelos que complementam a obra, permitindo um regresso com melhores condições de trabalho para todos, em linha com as exigências atuais.

Os restantes investimentos são de substituição de equipamento básico – de luz, som, vídeo e maquinaria de palco – retomando a aposta na renovação do parque técnico do TNDM II em 2027 e 2028.

Projetos

Em termos de execução orçamental, o TNDM II tem para 2026 inscrito no seu orçamento a continuação da requalificação do imóvel, no âmbito do PRR:

PRR – Imóvel: Beneficiação da cobertura, fachadas e espaços interiores; beneficiação de sistema de climatização AVAC; atualização e melhoria de condições de segurança.

Trata-se de um investimento suportado por fundos comunitários.

PLANO DE INVESTIMENTOS

Investimentos	Notas	Unidade							
		2025	2025	1.ºT2026	2.ºT2026	3.ºT2026	4.ºT2026	2027	2028
		PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Nota: Identificar-se se trata de investimento de substituição ou de expansão, e se está contingente na concretização de financiamentos (v.g., de candidaturas a fundos estruturais)									
Plano de Recuperação e Resiliência		4 309 701 €	9 771 663 €	284 000 €	884 000 €	1 484 000 €	2 000 000 €	0 €	0 €
Fonte Financiamento 483 - Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções		4 309 701 €	9 771 663 €	284 000 €	884 000 €	1 484 000 €	2 000 000 €	0 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Turismo Acessível - Turismo de Portugal		47 430 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Fonte Financiamento 541 - Transferências de RP entre organismos		47 430 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
VAL estimado (em €)									
Investimento de conservação e aquisição de equipamento (TNDM II)		374 345 €	610 764 €	104 455 €	206 698 €	452 313 €	466 765 €	653 745 €	598 395 €
Edifícios e Outras Construções - Fonte Financiamento 318 - Transferências de RI - PRR - Empréstimos, entre organismos		204 630 €	233 922 €	0 €	51 476 €	78 351 €	78 351 €	239 850 €	215 250 €
Edifícios e Outras Construções - Fonte Financiamento 513 - Transferências de RI - PRR - Empréstimos, entre organismos		0 €	214 771 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Equipamento Básico - Fonte Financiamento 318 - Transferências de RI		95 325 €	138 380 €	97 597 €	132 806 €	163 402 €	172 474 €	373 305 €	342 555 €
Equipamento Administrativo - Fonte Financiamento 318 - Transferências de RI		33 800 €	20 001 €	5 381 €	19 957 €	208 100 €	213 481 €	38 130 €	38 130 €
Programas de Computador - Fonte Financiamento 318 - Transferências de RI		3 690 €	3 690 €	1 476 €	2 460 €	2 460 €	2 460 €	2 460 €	2 460 €
Acesso Cultura - Fonte Financiamento 318 - Transferências de RI		36 900 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
VAL estimado (em €)									
Total investimento		4 731 476 €	10 382 427 €	388 455 €	1 090 698 €	1 936 313 €	2 466 765 €	653 745 €	598 395 €
Total financiamento		4 731 476 €	10 382 427 €	388 455 €	1 090 698 €	1 936 313 €	2 466 765 €	653 745 €	598 395 €

6. Recursos Humanos

6.1. Evolução do quadro de pessoal

O atual quadro de pessoal materializa a estrutura orgânica do TNDM II, constituída por oito unidades cujas competências traduzem de forma equilibrada e global o conjunto de ativos de ordem patrimonial, artística e cultural da organização.

O quadro de pessoal aprovado pela tutela setorial refletirá um aumento, face ao aprovado em 2025 (97), de 4 colaboradores, prevendo-se que estejam em funções no final de 2026 um total de 101 pessoas do quadro. Este aumento respeita à conversão de contratos a termo em contratos sem termo de cinco pessoas, de forma a reforçar a equipa, sendo que uma destas pessoas irá ocupar um lugar de quadro anteriormente vago.

Configurando um aumento efetivo de postos de trabalho (de acordo com o quadro de pessoal aprovado pela tutela setorial), este reforço da equipa não impacta, na verdade, os gastos com pessoal quando comparado com anos anteriores, isto porque as áreas afetas à programação têm trabalhado no limite das suas capacidades, obrigando a contratações a termo, ao abrigo do Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura (EPAC) para assegurar a diversidade programática do TNDM II, que tem aumentado de escala nos últimos anos. Em função da consolidação de alguns desses projetos nos pilares programáticos do teatro, o tempo tornou claro serem essas necessidades permanentes da instituição.

Em resumo, para 2026 assume-se um aumento efetivo de 4 postos de trabalho, refletidos no quadro de pessoal autorizado pelo Sr.^a Ministra da Cultura² e cuja autorização para contratar se solicita com a apresentação do presente documento.

Contratações	Categoria	Duração Vínculo	Gastos 2026	Gastos 2027	Gastos 2028
4	Técnico/a	CIT/Tempo Indeterminado	143 663,37 €	146 967,63 €	150 347,89 €
1	Técnico/a Adjunto/a	CIT/Tempo Indeterminado	43 880,25 €	44 889,49 €	45 921,95 €

Conforme referido acima, apesar de o pedido de autorização de contratação ser para 5 pessoas, uma destas pessoas irá ocupar um lugar de quadro vago. Os valores para 2027 e 2028 refletem uma atualização salarial de 2,3%.

Este quadro de pessoal representa a estrutura elementar para a realização da atividade do teatro e a resposta dos seus serviços de suporte a todas as obrigações programáticas, institucionais e de *compliance*.

² Em anexo

É, portanto, imprescindível que a substituição de trabalhadores/as que venham a sair, quer por alcance do limite da idade de reforma, quer por opção motivada por outras alternativas profissionais, esteja também assegurada.

Em 2026 prevê-se que se venham a verificar duas saídas desta natureza, que será necessário colmatar. De acordo com o Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2025, essa possibilidade passou a existir sem necessidade de autorização pelo membro do governo responsável pela área das finanças, nos termos aí previstos, pelo que se assume esse pressuposto.

Mapa de Recursos Humanos

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Situação a 31/12/2025	Situação a 01.01.2026			Movimentos de Pessoal - 2026						Situação a 31/12/2026	Movimentos de Pessoal - 2027			Situação a 31/12/2027	Movimentos de Pessoal - 2028			Situação a 31/12/2028
			Idade média	# de trabalhadores com 60 ou mais anos	# de trabalhadores em idade de reforma	Saídas esperadas (reformas/outras)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Autorizações de recrutamento concedidas em 2026	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2026 (bónus a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas		Saídas esperadas (reformas/outras)	Entradas ao abrigo do (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas		Saídas esperadas (reformas/outras)	Entradas ao abrigo do (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
		(1)				(2)		(3)	(4)	(5)	(6)	$(7) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5) + (6)$	(2)	(5)	(6)	$= 2024 - (2) + (4) + (5) + (6)$	(2)	(5)	(6)	$= 2025 - (2) + (4) + (5) + (6)$
Órgãos Sociais (OS)	3	4	49	0	0							4				4				4
Cargos de direção (s/ OS)	9	9	50	0	0							9				9				9
Categoria Técnico/a Adjunto/a (mapa)	6	4	47	0	0							4				4				4
Categoria Técnico/a (mapa)	65	71	47	7	0				2	2	5	80		2	4	86		3		89
Categoria Técnico/a Auxiliar (mapa)	5	5	53	3	0	2						3	2			1	3			-2
Categoria Ator/Atriz (mapa)	3	2	64	2	0							2				2				2
Categoria Técnico/a (EPAC)	13	8	40	0	0	16				6	5	3	13	10		0	10		10	0
Categoria Ator/Atriz (EPAC)	0	0	0	0	0	26					26	0	20	20		0	20		20	0
Total	104	103	350	12	0	44	0	0	2	8	36	105	35	32	4	106	33	3	30	106

Nos últimos anos, a saída de um número relevante de trabalhadores/as, associada ao quadro de constrangimentos na contratação de pessoal, originou uma carência de recursos humanos qualificados, exigindo uma resposta sustentada a este quadro, substituindo as saídas por trabalhadores/as com qualificações mais adequadas ao funcionamento e realidade atuais.

Para 2026 está prevista a saída de duas técnicas auxiliares, que chegarão à idade da reforma, propondo-se que esses lugares sejam preenchidos por profissionais com categoria de técnico.

A complexidade da atividade do TNDM II, bem como da sua gestão, coloca novas exigências à equipa do TNDM II, bem como requer competências inexistentes no atual quadro de pessoal, sublinhando a urgência deste fortalecimento.

As contratações referidas no quadro acima, refletem as necessidades identificadas para assegurar a programação de 2026, mediante a celebração de contratos ao abrigo do Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura (EPAC).

Estas contratações estão repartidas em 2 linhas – técnicos e atores. No que respeita à linha de atores, todos os contratos a celebrar – 26 – serão inferiores a 6 meses e, portanto, de acordo com o disposto no n.º 9 do artigo 138.º do DLEO/2025, são da competência do conselho de administração do TNDM II, não carecendo de autorização no âmbito da aprovação do PAO 2026-2028.

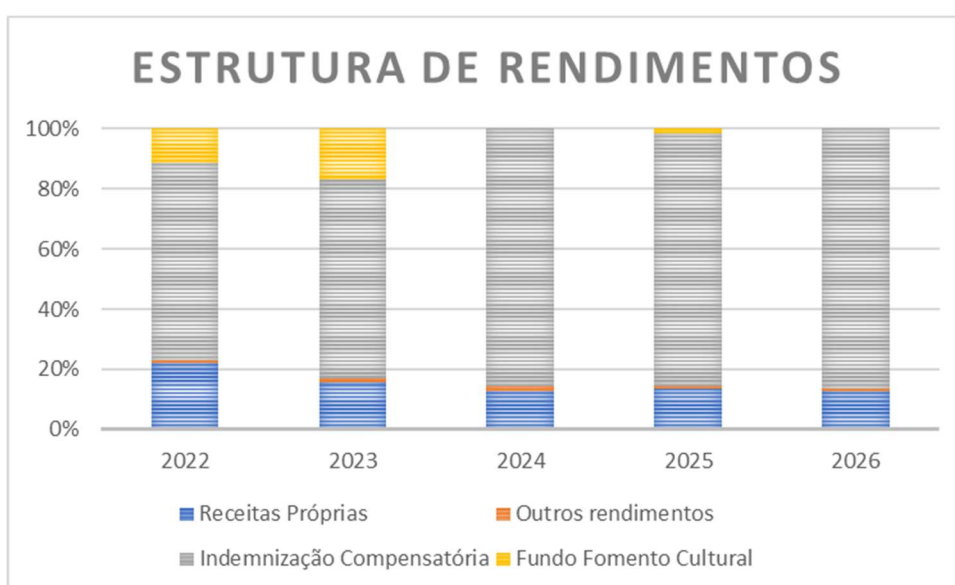
No que respeita aos técnicos, os 5 contratos classificados na coluna de autorizados em 2026 são contratos com duração prevista superior a 6 meses que se pretendem ver autorizados para 2026. Os restantes 6 contratos a celebrar serão contratos com duração inferior a 6 meses e, como tal, não carecem de autorização superior.

Contratações previstas que carecem de autorização	Categoria	Duração Vínculo	Gastos 2026
2	Técnico/a produção	12 meses	70 288,41 €
1	Técnico/a Direção Cena	12 meses	35 892,53 €
1	Técnico/a Maquinaria / Mecânica Cena	12 meses	34 403,39 €
1	Técnico/a de Camarim	12 meses	34 403,39 €
5			174 987,71 €

7. Orçamento

7.1. Rendimentos

A estrutura de rendimentos do TNDM II é marcada pela sua natureza de entidade pública, com uma missão de prestação de um serviço público na área da cultura teatral, produzindo e apresentando espetáculos e outras atividades segundo padrões de excelência artística e técnica. O cumprimento desta obrigação, que constitui a prestação de um serviço de interesse público geral que não encontra sustentabilidade no mercado, confere-lhe o direito a uma indemnização compensatória³. É, portanto, natural que este elemento seja o que evidencia maior peso na sua estrutura de rendimentos.



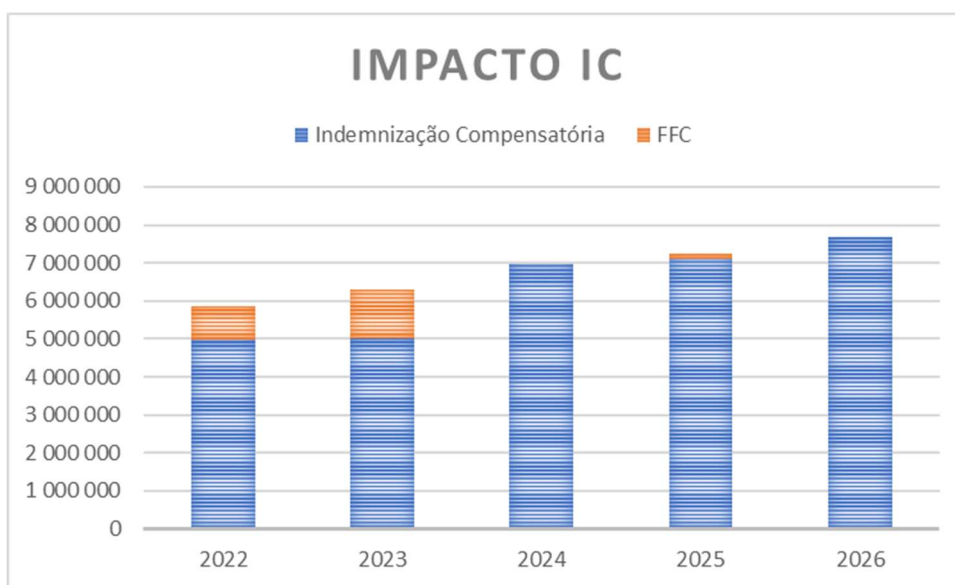
Apesar de muitas das normas orçamentais que se aplicam ao TNDM II serem dissuasoras da busca por financiamentos alternativos – cuja utilização efetiva em atividade se vê muito limitada, por via de mecanismos como as cativações e espera demorada pela autorização de utilização de créditos especiais – o conselho de administração entende ser central manter o foco no esforço, conseguido, de aumento do financiamento alternativo.

Para 2026, é expectável que o peso de financiamento alternativo atinja os 13% do total das receitas. Este valor reflete os protocolos já celebrados e os em vias de serem celebrados, pelo que durante o ano de 2026, este indicador poderá aumentar por via de novas parcerias que possam surgir.

³ Conforme Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 158/2007, de 27 de abril, na sua versão atual.

Em 2024 foi comunicado pela tutela setorial – Ministério da Cultura – uma transferência de Indemnização Compensatória que consolida os valores de transferências do Estado que nos anos anteriores eram repartidas entre IC e Fundo Fomento Cultural.

No decorrer de 2025 foi atribuído um apoio extraordinário à atividade e programação do TNDM, na vertente de Fundo Fomento Cultural, no valor de 125.000€, destinado a: (1) apoio à quebra da receita *"resultante da adoção de medidas de gratuitidade destinadas ao público escolar e de desconto para os jovens até aos 25 anos"*; (2) apoio à existência de *"gastos adicionais de natureza temporária, que implicam a reafecção de parte do seu orçamento"*.



Financiamento do Estado

O valor da indemnização compensatória (IC) previsto para 2026 é de 7.684.180€ (líquida de IVA), valor explicado no ponto anterior.

Para 2026, não está prevista a celebração de protocolo com o Fundo Fomento Cultural, mantendo a consolidação na IC do valor de financiamento do Estado.

De acordo com a RCM n.º 14-B/2024, a IC inicialmente prevista para 2026 seria de 7.245.501€ (líquida de IVA), contudo foi comunicado ao TNDM II pela entidade coordenadora do programa orçamental um valor de IC superior em 438.679€ para este ano.

No conjunto, o esforço financeiro do Estado é demonstrado da seguinte forma:

	2022	2023	2024	Estimativa 2025	PAO 2026	Variação 2026/2025	Variação 2026/2024
Financiamento Estado	5 855 904	6 305 696	6 984 679	7 242 388	7 684 180	6,1%	10,0%
Indemnização Compensatória (s/ IVA)	4 978 904	5 028 696	6 984 679	7 117 388	7 684 180	8,0%	10,0%
Subsídios à Exploração (FFC)	877 000	1 277 000	0	125 000	0	-	-

Vendas e Prestações de Serviços

Analisando o quadro de receitas que financiam gastos com bens, serviços, programação, comunicação e outros do TNDM II, são de destacar os seguintes pontos:

- A receita da Livraria (venda de livros de teatro com edição geral e própria e outros materiais) registará um aumento de valores face aos executados, sendo explicado pelo facto do TNDM II abrir portas do seu edifício em meados de 2026, voltando a dinamizar a Livraria física. Paralelamente, daremos continuidade à aposta na Livraria do Teatro online.
- A receita de bilheteira de 2023 caiu mais de 80% comparativamente com 2022, explicado pelo encerramento do edifício para obras de requalificação. Em 2025, o aumento deveu-se à programação realizada em Lisboa, em parceria com outras salas de espetáculos, com as quais o TNDM II partilha a receita de bilheteira. Para 2026, com a reabertura do edifício, as Sala Garrett, Sala Estúdio e outros espaços do Teatro voltarão a apresentar os espetáculos e atividades inerentes à programação, com a consequente receita de bilheteira a reverter para o TNDM II.
- O valor previsto para venda de espetáculos e faturação de comparticipação de despesas associadas a estas vendas regista um aumento, em parte explicado pela atipicidade dos últimos 5 anos. Entre 2020 e 2022 a linha programática do TNDM II foi fortemente afetada pelo Covid, havendo um conjunto de restrições para a realização de espetáculos (o Teatro esteve encerrado em alguns períodos). Em 2023, devido às obras de requalificação do edifício, no âmbito do PRR, foi desenhada uma programação inédita e radicalmente diferente da norma, a Odisseia Nacional, um projeto de coesão territorial pela cultura, que fez com que o TNDM II estivesse presente por todo o território nacional, com um modelo de programação em parceria com municípios, o que tem impacto na faturação e comparticipação de despesas relativas a atividades.
- A receita com aluguer de espaços e equipamentos do TNDM II, nomeadamente com a concessão do Café Garrett e respetivos consumos, não terá expressão durante o período da obra de requalificação. Os valores em 2024 e 2025 dizem respeito à refaturação, ao empreiteiro de obra, dos consumos energéticos do edifício do TNDM II.

	2022	2023	2024	Estimativa 2025	PAO 2026	Variação 2026/2025	Variação 2026/2024
Livraria	20 620	3 621	7 233	4 959	10 000	101,7%	38,3%
Bilheteira	269 863	43 721	75 277	107 440	198 022	84,3%	163,1%
Outros Proveitos de Actividade + Venda de Espetáculo	469 390	288 589	206 987	207 410	462 360	122,9%	123,4%
Aluguer de Espaços	15 607	24 219	32 989	27 727	0	-	-100,0%
	775 479	360 150	322 486	347 537	670 382	92,9%	107,9%

De acordo com as orientações financeiras para o triénio 2026-2028, o ano de referência a ser tomado para a elaboração do plano anual será o ano 2025.

Parcerias | Outras Fontes de Financiamento

O TNDM II tem em curso um processo de desenvolvimento da área de Patrocínios e Mecenato, com vista à exploração sistemática e regular desta fonte complementar de financiamento. Esta necessidade prende-se com a necessidade de complementar o esforço público realizado pelo estado na garantia da atividade do TNDM II, aumentando o impacto e alcance da atividade do TNDM II.

O TNDM II definiu uma Estratégia Comercial e de Relações Externas, neste âmbito, partiu-se da identificação de três pilares – Património, Programação e Pessoas – nos quais se organizaram os ativos do TNDM II, que constituem o conjunto de possibilidades passíveis de associação de marca, em regime de mecenato, patrocínio, parceria ou apoio.

Banco BPI/Fundação “la Caixa”

A resposta dos projetos dinamizados pelo TNDM II a preocupações sociais e de promoção da atividade cultural junto de populações com fragilidades socioeconómicas e de públicos jovens, resultam numa visão partilhada entre o TNDM II e a Fundação “la Caixa” em colaboração com o Banco BPI.

Desde a temporada 2020/21 que o Banco BPI e a Fundação “la Caixa” são mecenas do Teatro Nacional D. Maria II através do seu apoio a projetos programáticos distintos.

O PANOS - palcos novos palavras novas é um projeto destinado a jovens entre os 12 e 19 anos inseridos em grupos de teatro oriundos de todo o território nacional, de âmbito escolar, associativo ou ligados a entidades culturais. Em cada edição do PANOS, três autores escrevem um texto para ser representado por estes jovens. Os jovens escolhem, encenam, ensaiam e apresentam nas suas cidades um dos textos propostos. Seis dos espetáculos (dois por texto) são selecionados e apresentados no Festival PANOS. O PANOS promove a prática do teatro pelos

jovens, apoiando as novas dramaturgias, garantindo um espaço plural e inclusivo para os seus participantes.

O projeto Próxima Cena pressupõe o desenvolvimento do espetáculo numa lógica transversal de acessibilidade que permita o usufruto por todos os públicos. É apresentado em teatros situados em territórios de baixa densidade populacional, e inclui recursos de audiodescrição, interpretação em Língua Gestual Portuguesa e sessões descontraídas. No ano de 2025, o número de equipamentos que recebeu este projeto será superior ao habitual – serão seis, noutras tantas localidades do país.

O Boca Aberta é um projeto de teatro pensado para criar relações e novas experiências criativas para crianças a partir dos três anos e para toda a comunidade escolar que as acompanha. Uma iniciativa do Teatro Nacional D. Maria II e da Fundação "la Caixa", em colaboração com o BPI, parceiro desde o ano 2024, que apresenta histórias nas salas e espaços escolares que as crianças conhecem, desafiando-as e inspirando-as, através de linguagens verbais e não verbais, visuais e auditivas, despertando a sua curiosidade e imaginação.

Em 2025, o foco foi centrado no apoio à criação, sendo criados dois novos espetáculos pelas mãos de artistas profissionais de regiões diferentes, que serão apoiados pelos Municípios parceiros, Ponte de Lima, Ourém e Lagos. Mantendo a linha de formação criada, pretende-se que sejam realizadas formações para a comunidade escolar, e dar ainda continuidade às Conversas de Boca Aberta, iniciadas em 2024.

Para o ano de 2026 a parceria com o Banco BPI e Fundação "la Caixa" continuará, mantendo-se os três projetos referidos em atividade.

Fundação Calouste Gulbenkian

A Fundação Calouste Gulbenkian associa-se, desde 2023, ao D. Maria II na realização do programa Atos, com o objetivo de desenvolver um trabalho conjunto sobre arte, comunidade e participação.

Atos é um programa de arte participativa, dinamizado por estruturas artísticas das mais diferentes disciplinas, em estreita colaboração com entidades municipais e da cultura. Em 2024 e 2025, o Atos apresentou novos projetos participativos em todas as regiões do país, que procuram potenciar a participação cívica e artística das comunidades e criar um ecossistema que fomente a experimentação e ativação destas práticas no território, diagnosticando e ensaiando modelos sustentáveis para a sua implementação. Neste programa incluem-se ainda uma série de atividades como fóruns, formações e uma conferência sobre práticas artísticas participativas, onde serão ainda lançados um documentário e uma edição. Esta relação, estimada numa relação

a médio prazo, com projeção de projetos em comum com o D. Maria II, prolonga-se no ano de 2026.

NTT DATA Portugal

A NTT DATA Portugal associou-se ao Teatro Nacional D. Maria II no âmbito da inovação cultural na temporada 2021/22. A consultora reforçou, desta forma, a sua política de responsabilidade corporativa. Enquanto Parceiro de Inovação, a NTT DATA Portugal apoia o desenvolvimento nas áreas de criação, difusão e transformação digital no D. Maria II.

Em 2025, assinámos um protocolo que se irá estender até 2026, que inclui criações performativas e teatrais tecnológicas, para além de uma consultoria interna tecnológica ao TNDM II, que prevê o desenvolvimento do novo website e ainda uma maior capacitação tecnológica interna.

Grupo Ageas Portugal

A relação inicial estabelecida entre o Grupo Ageas Portugal e o Teatro Nacional D. Maria II, em que ambas as entidades fizeram coincidir as suas prioridades e apostas estratégicas, deu origem a uma relação abrangente que engloba as vertentes de Patrocínio e Mecenato. Iniciada na temporada 2019/20, a relação do Grupo Ageas Portugal com o TNDM II renova-se, em modelo diferente, a partir de 2025, com a focalização no Prémio Revelação Ageas Teatro Nacional D. Maria II, que distingue anualmente uma/um profissional de teatro de até 30 anos de idade e cujo trabalho se tenha destacado no ano anterior. Este galardão já foi atribuído a Sara Barros Leitão, Mário Coelho, Cárin Geada, Pedro Azevedo, Tita Maravilha e Marco Mendonça, e terá em 2026 uma nova edição.

Plano Nacional das Artes

Desde 2023 que o Plano Nacional das Artes se associa ao Teatro Nacional D. Maria II na implementação de projetos artísticos em contexto escolar, nomeadamente os projetos Oficinas de Teatro e Boca Aberta (em 2024). Em conjunto dão resposta a uma larga franja da comunidade escolar: pré-escolar (Boca Aberta), 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (Oficinas de Teatro).

O projeto Oficinas de Teatro pretende aproximar e desenvolver relações entre a escola, os equipamentos culturais e as práticas artísticas de cada local. O foco é o teatro escolar, através da criação de uma oficina de práticas artísticas com alunas e alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

No ano letivo 2025/2026, o D. Maria II dá continuidade a este projeto, nos municípios da Covilhã, Torres Vedras, Torrão e Arraiolos.

Fundação GDA

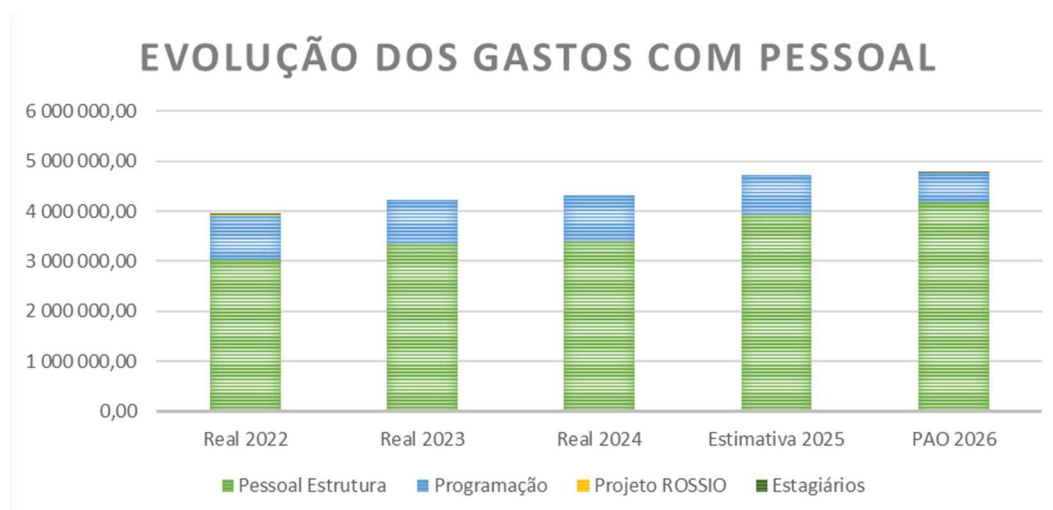
A colaboração entre a Fundação GDA e o TNDM II tem já um percurso largo. Tendo por objetivo-alvo principal os artistas com deficiência e os artistas S/surdos, foi desenvolvido um programa de formação com o objetivo principal da capacitação e integração pessoal e profissional das pessoas com deficiência e S/surdas. Assim, foram realizadas já um conjunto de ações de formação a partir de 2022, em Lisboa e em todo o território nacional: 'Mãos a dentro', formação de longa duração em Lisboa; 'Mãos a dentro', formações de curta duração em território nacional; 'Norma', formação de longa duração em Lisboa, 'Como desenhar um território', formações de curta duração em território nacional; 'Encruzilhadas Artísticas para Criar, Resistir e Subverter', formação de longa duração em Lisboa.

Em 2026, prevê-se a continuidade desta parceria que engloba, desde 2022, preocupações de acessibilidade junto dos profissionais do teatro e ações de capacitação para artistas com e sem deficiência, em colaboração com a Fundação GDA.

7.2. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal de estrutura – ou seja, os gastos fixos que resultam dos trabalhadores do quadro – é estável e não tem sofrido alterações significativas nos últimos anos, para além das que resultam da aplicação da lei, refletindo essencialmente: pedido, em anexo no presente documento, de conversão de 5 contratos de trabalho a termo ao abrigo do Estatuto do Profissional da Área da Cultura que, em função da evolução da programação do TNDM II se transformaram em necessidades permanentes; aumentos salariais da Administração Pública em 2023, 2024 e 2025.

Quando analisada a conta #63, sem a devida discriminação entre o que é permanente e o que é temporário (e diretamente dependente da programação e das suas características), a mesma aparenta sofrer variações mais significativas do que a realidade representa.



Os gastos com pessoal da Programação, que correspondem a contratos de trabalho celebrados ao abrigo do Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura⁴, são bastante voláteis e sem carácter permanente, pelo que a aferição do cumprimento das instruções da tutela sobre esta matéria deve, à semelhança do verificado nos últimos anos, ser centrada nos gastos de estrutura.

A comparação dos gastos com pessoal obtida pela leitura dos valores de execução 2024 e estimativa 2025, comparados com o orçamento para 2026, de acordo com as instruções da Entidade Orçamental a que estamos vinculados, não prevê estimativa de potenciais reduções originadas por baixas, licenças sem vencimento, faltas, etc., e é, portanto, enviesada por esses factos estarem refletidos nas execuções.

Propõe-se assim análise do quadro *infra*, que expurga esses impactos para efeitos de comparação de rácios.

⁴ Decreto-Lei n.º 105/2021 de 29 de novembro.

Unidade								
Pessoal	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
N.º Total de Trabalhadores	103	105	102	104	104	104	2	2%
N.º de membros dos órgãos sociais	2	3	3	3	3	3	0	0%
N.º de membros cargos de direção	9	9	9	9	9	9	0	0%
N.º dos restantes trabalhadores	92	93	90	92	92	92	2	2%
Nº de trabalhadores CIT (mapa pessoal)	79	85	82	89	92	92		
Nº de trabalhadores EPAC (CIT a termo)	13	8	8	3	0	0	-5	-63%
Gastos totais com pessoal*	4 314 459	4 719 532	4 719 531	4 785 471	4 860 921	4 977 545	65 939	1%
Gastos com órgãos sociais**	278 054	311 580	331 667	335 891	343 617	351 520	4 224	1%
Gastos com cargos de direção	380 651	384 974	396 490	397 269	406 406	415 753	779	0%
Remuneração do pessoal	2 109 115	2 865 574	2 808 946	2 885 756	2 952 129	3 020 027	76 810	3%
Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	0	
Ajudas de custo	76 809	69 579	79 000	56 813	39 322	39 651	-22 187	-28%
Rescisões / Indemnizações	0	0	60 000	0	0	0	-60 000	-100%
Restantes encargos	1 469 829	1 087 824	1 043 428	1 109 742	1 119 448	1 150 594	66 314	6%
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2025	0	0	138 517	0	0	0	-138 517	-100%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes	0	0	0	187 544	168 977	0	187 544	
(iii) Cumprimento de disposições legais	0	0	0	0	0	0	0	
(iv) Orientações expressas do acionista Estado	0	0	0	0	0	0	0	
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias	470 242	514 286	676 158	681 344	687 364	733 002	5 186	1%
(vi) Outras valorizações remuneratórias	0	0	0	0			0	
(vii) Rescisões por mútuo acordo	0	0	60 000	0				
Correções para efeitos de rácio								
(-) Gastos com órgãos sociais*	-278 054	-311 580	-331 667	-335 891	-343 617	-351 520	-4 224	-1%
(-) Cumprimento de disposições legais	0	0	0	0	0	0	0	
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	-470 242	-514 286	-676 158	-681 344	-687 364	-733 002	-5 186	-1%
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo	0	0	0	0			0	
(+) Absentismo	28 067	0		0	0	0	0	
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	3 594 230	3 893 667	3 711 707	3 768 236	3 829 940	3 893 024	56 529	2%
* O detalhe dos gastos com pessoal deve ser preenchido com os respetivos encargos com a Segurança Social								
** Sobre a remuneração dos gestores incide a redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.								
Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	59%	74%	76%	77%	77%	78%	0	1%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	11%	10%	11%	11%	11%	11%	0	-1%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	8%	8%	9%	9%	9%	9%	0	0%

Os organismos da área da cultura têm à sua disposição um mecanismo específico com vista à contratação de profissionais de espetáculos, regulado pelo Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura. Esta faculdade traduz-se em diversas contratações a termo ao longo do ano, a maioria com duração inferior a 6 meses e, como tal, excecionadas de autorização pela tutela de acordo com o n.º 10 do art.º 157.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho.

Estas contratações pontuais de artistas e técnicos para cada uma das produções apresentadas, que constam nas linhas (i) e (ii) do quadro supra, representam uma parcela bastante volátil e não comparável de ano para ano, uma vez que depende do tipo de espetáculos programados (os gastos com estes contratos são imputados ao orçamento de programação e não ao de pessoal).

De seguida, demonstramos o total de gastos com pessoal sem o impacto das medidas das valorizações remuneratórias (v) e das rescisões por mútuo acordo (vii):

Designação da Conta	Real 2023	Real 2024	Estimativa 2025	PAO 2026	Variação 2025/2024		Variação 2025/2023	
Pessoal Estrutura (incluindo Órgãos Sociais)	2 979 446	2 931 084	3 206 327	3 497 289	290 962	9,1%	566 205	19,3%
Programação (EPAC e Ajudas de Custo digressões)	869 578	914 144	777 047	591 016	-186 030	-23,9%	-323 128	-35,3%
Estagiários	0	0	0	15 822	15 822	-	15 822	-
	3 849 024	3 845 229	3 983 373	4 104 127	120 754	3,0%	258 898	6,7%

Considerando o que já foi explicitado ao longo deste documento, entende-se que a parte do pessoal que, para o efeito, deve ser analisada é a primeira – Pessoal Estrutura – uma vez que as restantes não representam gastos fixos e dependem diretamente da programação.

Assim, reportando-nos a essa primeira linha, o aumento de 2026 face a 2025 é maioritariamente justificado por diversos fatores, nomeadamente: a conversão dos contratos a termo em contratos sem termo de 5 pessoas (linha 1), previstas no quadro de pessoal autorizado pela tutela setorial (anexo 10.4) que é compensado por igual valor que deixará de se executar em contratos EPAC (linha 5). De referir que também para o ano de 2024 foi autorizada a conversão de 4 contratos anteriormente celebrados a termo ao abrigo do EPAC.

	Descrição	Impacto 2026/2025
	Gastos Totais com pessoal estimativa de 2025 (2) = (1) sem o impacto das medidas identificadas em (iii), (iv) e (g)	3 711 706,52
	Pessoal Permanente Estrutura	226 737,78
1	Pedido de conversão de 5 contratos a termo EPAC em contratos sem termo (no quadro de Pessoal autorizado) - entregue com o PAO 2026 - provenientes de contratos EPAC	187 543,62
2	Substituição trabalhador que saiu em dezembro 2023	28 482,39
3	Outras variações (Formação/Seguro Acidentes Trabalho/Medicina/ Higiene Trabalho/Outros)	10 711,77
	Pessoal afeto à Programação	-170 208,46
4	Contratações EPAC	23 700,53
5	Pedido de conversão de 5 contratos a termo EPAC em contratos sem termo (no quadro de Pessoal autorizado) - entregue com o PAO 2026	-187 543,62
6	Gastos inerentes à programação (ajudas de custo)	-22 187,29
7	Contratação Estagiários	15 821,92
	Gastos Totais com pessoal 2026 (2) = (1) sem o impacto das medidas identificadas em (iii), (iv) e (g)	3 768 235,84

Em termos de contratos efetivos, o TNDM II estima acabar o ano de 2025 com 94 contratos ativos. Para 2026, em termos líquidos, está prevista a conversão de 5 contratos recorrentes ao abrigo do EPAC em contratos sem termo, e a substituição de dois trabalhadores que saíram em 2023 e 2024, e que o seu lugar vai apenas ser preenchido em 2026, sendo que a 31.12.2026 o número de contratos efetivos ascenderá a 101.

Durante o ano de 2026 ocorrerão movimentos de entradas e saídas, na área dos efetivos, que não terão impacto no total: reforma de 2 técnicos auxiliares, com substituição na categoria de técnico. Ver ponto 6.

O quadro de pessoal do TNDM II representa a estrutura nuclear necessária para assegurar a atividade do teatro e todas as suas obrigações institucionais, programáticas, de suporte e compliance. É, portanto, imprescindível que a substituição de trabalhadores/as que venham a sair, quer por reforma quer por opção motivada por outras alternativas profissionais, seja

também assegurada (garantindo-se que todas as substituições a fazer representarão um gasto igual ou inferior ao atualmente incorrido com as pessoas que saem).

7.3. Gastos com bens e serviços

A análise que faremos neste campo será centrada na ótica da contabilidade analítica implementada no TNDM II, por entendermos que facilita a compreensão dos diversos fatores que influenciam as suas rubricas. A ótica que respeita as normas contabilísticas do SNC-AP está evidentemente espelhada em todos os mapas em anexo, mas não permite apreender claramente o impacto de cada área no comportamento destes gastos.

Assim, importa referir que, enquanto nos mapas que resultam da aplicação do SNC-AP encontramos estes gastos na conta #62 FSE, nos mapas de gestão interna originados pela analítica temos os *Gastos com bens, serviços e outros* repartidos por CMVMC / Funcionamento Geral / Honorários / Programação / Comunicação e Imagem / Eventos Externos. Nesta repartição incluem-se os gastos das contas #61 e #62, podendo também figurar gastos da conta #63 Pessoal, mas apenas no caso dos gastos variáveis que resultam diretamente da Programação (ajudas de custo e trabalho suplementar), tudo o resto está na análise dos pontos 6.1. e 7.2. deste documento.

Unidade: €

GASTOS COM BENS/SERVIÇOS/OUTROS	Real 2022	Real 2023	Real 2024	Estimativa 2025	PAO 2026	Diferencial 2026-2025		Diferencial 2026-2022	
C.M.V.M.C.	16 177	2 316	5 117	3 402	2 500	-902	-27%	-13 677	-85%
Funcionamento Geral	738 825	583 012	553 706	586 061	965 229	379 168	65%	226 404	31%
Programação	1 842 998	1 586 904	1 752 850	2 044 079	1 964 700	-79 379	-4%	121 702	7%
Honorários de Apoio ao Func. Geral	86 885	76 470	73 950	104 046	86 371	-17 675	-17%	-514	-1%
Comunicação e Marketing	212 240	330 920	300 348	337 040	347 474	10 434	3%	135 233	64%
Provisões e Perdas por imparidade	0	5 386	9	0	0	0	-	0	-
TOTAL	2 897 126	2 585 008	2 685 980	3 074 627	3 366 273	291 646	9%	469 148	16%

Assim, os gastos com bens, serviços e outros, relativos à programação, estão orçamentados em 3.366.273€, verificando-se um aumento destes gastos face à estimativa de 2025 no valor de 291 mil € (+9%). O aumento verificado para 2026 na área de Funcionamento Geral é devido ao regresso ao Edifício do Rossio, onde se regista um aumento dos encargos com eletricidade, limpeza e conservação de materiais. Estando o regresso ao edifício previsto para meados de 2026, estão considerados ainda 6 meses de gastos do aluguer do espaço Tóbis.

RECEITAS QUE FINANCIAM GASTOS COM BENS/SERVIÇOS/OUTROS	2022	2023	2024	Estimativa 2025	PAO 2026	Variação 2026/2025	Variação 2026/2024
Livraria	20 620	3 621	7 233	4 959	10 000	102%	38%
Bilheteira	269 863	43 721	75 277	107 440	198 022	84%	163%
Indemnização Compensatória (sem IVA)	4 978 904	5 028 696	6 984 679	7 117 388	7 684 180	8%	10%
Outros de Actividade + Venda Espetáculo + Reembolsos	469 390	288 589	206 987	207 410	462 360	123%	123%
Aluguer de Espaços	15 607	24 219	32 989	27 727	0	-	-100%
Apoios à Exploração (Diversos co-produtores, parceiros e outros apoios)	569 061	506 107	407 592	488 363	210 000	-57%	-48%
Subsídio à Exploração - FFC	877 000	1 277 000	0	125 000	0	-	-
Mecenato	191 364	275 000	290 000	275 000	250 000	-9%	-14%
Juros Cedic	554	600	83 261	12 600	25 000	98%	-70%
	7 392 362	7 447 553	8 088 019	8 365 887	8 839 562	6%	9%

Os riscos na execução desta rubrica prendem-se com a eventual falta de capacidade de adjudicar bens e serviços com a antecedência que permita a negociação de melhores condições comerciais, nomeadamente na aquisição de bens e serviços sujeitos a flutuação de preço. Também a manutenção de adequados prazos de pagamento é essencial para que o TNDM II consiga negociar condições mais vantajosas junto dos seus fornecedores.

Funcionamento Geral

Para 2026 continuará a haver uma reorganização dos gastos com o Funcionamento Geral, dado que o TNDM II continuará encerrado ainda uns meses para obras no âmbito do PRR.

No Funcionamento Geral concentram-se essencialmente despesas relacionadas com o edifício do TNDM II - seu funcionamento e manutenção –, incluindo também o armazém do Cacém e o espaço de ensaios na Tóbis. A programação de 2026 acontecerá essencialmente no Edifício do Rossio, e em espaços alternativos de Lisboa, cabendo ao TNDM II assegurar a sua limpeza e vigilância.

	Real 2022	Real 2023	Real 2024	Estimativa 2025	PAO 2026	Variação 2026-2025	Variação 2026-2024	Variação 2026-2022
Funcionamento Geral	738 825	583 012	553 706	586 061	965 229	65%	74%	31%

Os Serviços Diversos concentram despesas como comunicações, rendas, seguros e limpeza, e os trabalhos especializados são constituídos essencialmente pela assistência ao nível das Tecnologias de Informação.

O esforço de contenção de despesa condicionou ao longo dos anos a renovação desejável do parque informático e a adoção de tecnologias adequadas às exigências atuais, condicionalismo que temos vindo a tentar suprir (serviço de gestão da rede informática, licenciamento anual de software, apoio técnico em software especializado, como sejam os casos da contabilidade, recursos humanos, bilheteira online, sistema de controlo de assiduidade, canal de denúncias, etc.), procurando assegurar com rigor todos os controlos e reportes de natureza financeira e orçamental que são exigidos e essenciais para uma gestão criteriosa. Em 2017 esta rubrica representava apenas 8,5% no total dos gastos de funcionamento geral, para 2026 representa cerca de 14%. Este aumento justifica-se com a aquisição e manutenção do software ERP Primavera, que veio permitir o cumprimento da obrigação legal de reporte do SNC-AP e o tratamento adequado da informação contabilística, orçamental e financeira essencial a um controlo orçamental em tempo real, e com a aquisição, em 2020, de um sistema de gestão documental e arquivo que se tornou imprescindível no período de teletrabalho e vem responder às exigências de desmaterialização.

Também aí se encontram os gastos em conservação e reparação que, juntamente com os gastos em materiais, representam necessidades do funcionamento do edifício e das áreas técnicas do teatro. Estando o edifício a sofrer obras estruturais, as previsões nestas rubricas concentram-se em manutenção e reparação dos equipamentos e sistemas técnicos indispensáveis à atividade teatral e algumas adaptações que se preveem vir a ser necessárias no espaço onde provisoriamente funcionam os serviços administrativos do TNDM II.

ITENS	Real 2022	Real 2023	Real 2024	Estimativa 2025	PAO 2026	Variação 2026-2025		Variação 2026-2024		Variação 2026-2022	
ENERGIA E FLUÍDOS	279 169	109 260	74 210	58 318	235 259	176 941	303%	161 049	217%	-43 911	-16%
SERVIÇOS DIVERSOS	128 796	100 818	119 333	118 862	180 582	61 720	52%	61 249	51%	51 786	40%
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	274 162	270 262	292 457	320 821	472 494	151 673	47%	180 037	62%	198 332	72%
MATERIAIS	26 791	22 652	21 720	27 962	35 494	7 532	27%	13 774	63%	8 703	32%
DESLOCAÇÕES E TRANSPORTES	19 049	54 917	29 329	29 925	25 900	-4 025	-13%	-3 429	-12%	6 851	36%
ESTADIAS E REFEIÇÕES	10 858	25 103	16 658	30 172	15 500	-14 672	-49%	-1 158	-7%	4 642	43%
	738 825	583 012	553 706	586 061	965 229	379 168	65%	411 523	74%	226 404	31%

Programação

A programação é a área central de foco do TNDM II e a existência de um sistema rigoroso de controlo de custos assente na política de controlo de gestão por projeto, a par de uma preocupação constante em adequar a sua atividade aos recursos financeiros que tem ao seu

dispor em cada momento, pretende, acima de tudo, dotar a programação do orçamento necessário para que o cumprimento do serviço público seja assegurado em linha com as orientações da tutela detalhadas no ponto 3.

Como já mencionámos, as receitas afetas à programação (bilheteira, venda de espetáculos, comparticipação de custos, outros rendimentos de coprodutores/parceiros, patrocínios, IC afeta à programação) ascenderão aos 2.781.538€. Parte deste aumento financiará também os valores de pessoal afeto a programação, conforme é abordado na segunda tabela do ponto 7.4.

Em termos proporcionais, 22% da IC financia a programação.

ESTRUTURA DESPESA/RECEITA PROGRAMAÇÃO 2022-2026

Unidade: €

	Real 2022	Real 2023	Real 2024	Estimativa 2025	PAO 2026	Diferencial 2026-2025		Diferencial 2026-2022	
Programação - Despesa (c/ Pessoal)	2 739 001	2 456 483	2 666 995	2 821 125	2 571 538	-249 587	-8,85%	-167 463	-6,11%
Programação - Bilheteira + Venda	739 253	332 310	282 264	314 850	660 382	345 532	109,74%	-78 871	-10,67%
Apoios parceiros/coprodutores	569 061	506 107	407 592	488 363	210 000	-278 363	-57,00%	-359 061	-63,10%
Mecenato	161 364	245 000	290 000	280 000	250 000	-30 000	-10,71%	88 636	54,93%
TAXA COBERTURA DIRETA	53,66%	44,10%	36,74%	38,40%	43,57%		13,47%		-18,80%
Fundo Fomento Cultural	877 000	1 277 000	0	125 000	0	-125 000	-	-877 000	-100,00%
Indemnização Compensatória	961 385	602 173	2 094 731	2 101 275	1 661 156	-440 119	-20,95%	699 771	72,79%
TAXA COBERTURA INDIRETA	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%		0,00%		0,00%

Comunicação

Nos últimos anos reconheceu-se que esta é uma área com cada vez maior importância na estratégia do TNDM II, assegurando a divulgação de forma a alcançar novos públicos e a garantir a visibilidade imprescindível para captar potenciais patrocinadores e mecenas. Tendo em conta esta importância estratégica e o regresso ao Edifício em 2026, a comunicação registrará um aumento no seu orçamento de cerca 10 mil€.

COMUNICAÇÃO E MARKETING



Tem sido feito um trabalho essencial para o objetivo de atrair novos públicos e gerar novas receitas no futuro. O projeto Odisseia Nacional permitiu chegar a camadas de público até agora distantes e comunicá-lo de forma apropriada é fundamental para o seu sucesso.

Iniciou-se a aposta num sistema de CRM, que permitirá recolher e centralizar dados dos clientes, potenciando o trabalho de comunicação que pode ser desenvolvido junto desses públicos, nomeadamente ao nível do e-mail marketing. O TNDM II continuará a desenvolver ações de comunicação especificamente dirigidas a públicos segmentados, a saber: espectadores com necessidades específicas, seniores, turistas e comunidade envolvente e ainda junto de influenciadores e *opinion makers*.

7.4. Resultados

Relativamente ao Resultado Operacional e Resultado Líquido do Exercício, o TNDM II regista consistentemente resultados positivos desde 2014. Para 2026, estima-se obter um Resultado Operacional de 280 mil€ e um Resultado Líquido do Exercício de 224 mil€.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2022-2026

Designação	Real 2022	Real 2023	Real 2024	Estimativa 2025	PAO 2026	Variação 2026 / 2025		Variação 2026 / 2024	
Custos Variáveis	2 071 415	1 967 984	2 057 312	2 384 520	2 314 673	-69 847	-2,9%	257 361	12,5%
C.M.V.M.C.	16 177	2 316	5 117	3 402	2 500	-902	-26,5%	-2 617	-51,1%
Programação	1 531 958	1 516 325	1 638 251	1 924 079	1 809 373	-114 705	-6,0%	171 122	10,4%
Difusão e Redes	311 040	70 579	114 599	120 000	155 327	35 327	29,4%	40 727	35,5%
Comunicação e Marketing	212 240	330 920	300 348	337 040	347 474	10 434	3,1%	47 126	15,7%
Indemniz. Acordo de Cessação de Cont. Trab.	0	42 458	-1 011	0	0	0	-	1 011	-100,0%
Perdas por Imparidades	0	5 383	7	0	0	0	-	-7	-100,0%
Provisões do Período	0	3	1	0	0	0	-	-1	-100,0%
Custos Fixos	5 166 073	5 200 731	5 279 762	5 786 587	6 258 798	472 211	8,2%	979 036	18,5%
Funcionamento Geral	738 825	583 012	553 706	586 061	965 229	379 168	64,7%	411 523	74,3%
Honorários de Apoio ao Func. Geral	86 885	76 470	73 950	104 046	86 371	-17 675	-17,0%	12 421	16,8%
Gastos com o Pessoal	3 816 286	4 083 025	4 227 625	4 719 531	4 785 471	65 939	1,4%	557 845	13,2%
Gastos de Depreciação e Amortização	399 622	402 982	378 989	349 822	384 414	34 592	9,9%	5 425	1,4%
Outros Gastos e Perdas	124 454	55 242	45 491	27 127	37 313	10 186	37,6%	-8 178	-18,0%
Imposto s/ rendimento do exercício	82 057	106 289	197 825	70 864	81 614	10 749	15,2%	-116 211	-58,7%
Total Gastos	7 319 546	7 275 005	7 534 899	8 241 972	8 655 085	413 113	5,0%	1 120 186	14,9%
RENDIMENTOS									
Livraria	20 620	3 621	7 233	4 959	10 000	5 041	101,7%	2 767	38,3%
Bilheteira	269 863	43 721	75 277	107 440	198 022	90 582	84,3%	122 745	163,1%
Indemnização Compensatória (sem IVA)	4 978 904	5 028 696	6 984 679	7 117 388	7 684 180	566 792	8,0%	699 501	10,0%
Outros Proveitos de Actividade + Venda de Espetáculo	469 390	288 589	206 987	207 410	462 360	254 950	122,9%	255 373	123,4%
Aluguer de Espaços	15 607	24 219	32 989	27 727	0	-27 727	-	-32 989	-100,0%
Subsídios (Investimento)	62 895	75 772	55 592	46 220	39 241	-6 979	-15,1%	-16 351	-29,4%
PRR	0	27 248	0	0	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Apoios à Exploração (Diversos co-produtores, parceiros e outros apoios)	569 061	506 107	407 592	488 363	210 000	-278 363	-57,0%	-197 592	-48,5%
Subsídio à Exploração - FFC	877 000	1 277 000	0	125 000	0	-125 000	-	0	#DIV/0!
Mecenato	191 364	275 000	290 000	275 000	250 000	-25 000	-9,1%	-40 000	-13,8%
Outros Rendimentos e Ganhos	137 443	33 666	5 065	42 458	0	-42 458	-100,0%	-5 065	-100,0%
Rendimentos Financeiros	554	600	83 261	12 600	25 000	12 400	-	-58 261	-70,0%
Total Rendimentos	7 592 699	7 584 238	8 148 676	8 454 565	8 878 804	424 238	5,0%	730 128	9,0%

RESULTADOS	Real 2022	Real 2023	Real 2024	Estimativa 2025	PAO 2026	Variação 2026 / 2025		Variação 2026 / 2024	
EBITDA	754 278	817 906	1 107 330	620 680	664 747	44 067	7,1%	-442 583	-40,0%
Resultado Operacional	354 656	414 923	728 340	270 858	280 333	9 475	3,5%	-448 008	-61,5%
Resultado Líquido do Exercício	273 153,30	309 233,66	613 777	212 593	223 719	11 126	5,2%	-390 058	-63,6%

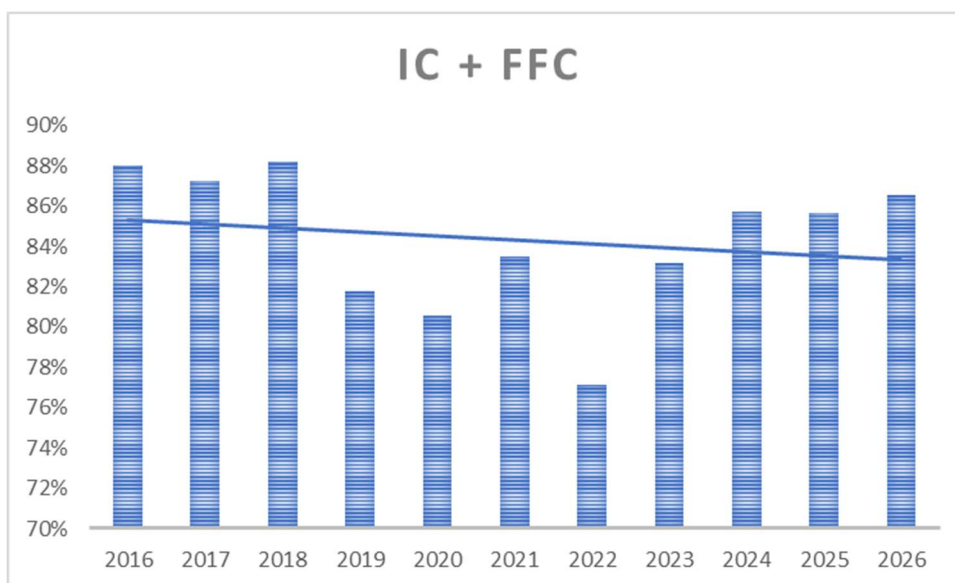
Fonte: DAF - Contabilidade Geral e Analítica

Analisando os Gastos Totais, verifica-se para o período entre 2022 e 2026 uma variação de 1.335.539€ (18%) e considerando apenas programação, comunicação e pessoal, a variação atinge os 1.090.886€, possível graças à crescente capacidade de angariar receita via mecenatas e parceiros.

Convém salientar que estes resultados foram atingidos com a introdução de reformas estruturais no TNDM II e revelam uma E.P.E. que, apesar da tipologia da atividade que desenvolve e do estatuto de serviço público a que está vinculada, atingiu uma situação de exploração equilibrada, merecedora de uma política que não ponha em risco – antes consolide – a sua estabilidade financeira.

As variações de Gastos e Rendimentos foram justificadas nos pontos anteriores, devendo ser lembrado que têm tido um comportamento satisfatório ao longo dos anos e que, não obstante

as subvenções públicas (IC e FFC) serem o financiamento central do TNDM II, em termos percentuais os pesos das duas subvenções têm registado uma linha de tendência decrescente.



Apesar de a tendência ser de diminuição do peso das subvenções públicas, nos últimos 4 anos tem-se registado um aumento, em grande parte explicado pelo facto de o Teatro ter estado fechado para obras de requalificação, e a componente de receita de bilheteira não contribuir para a diminuição do indicador. Note-se também que o Estado reconheceu a necessidade de aumentar gastos para acompanhar o incremento de programação e circulação, com a expansão do serviço público prestado às populações, ao atualizar o valor do seu financiamento para o triénio de 2024-2026, também de forma a mitigar impactos de aumentos de preços

Quanto ao resultado operacional, medido pelo EBIT, prevê-se que em 2026 cresça em cerca de 9 mil€ (3%) face a 2025. Contudo, importa referir que a natureza da missão do TNDM II não é a de uma empresa financeira ou comercial com o lucro como objetivo principal. A sua missão centra-se na prestação de um serviço público de interesse geral que o Estado reconhece como fundamental, e para a qual lhe concede uma Indemnização Compensatória, e o EBIT apresentado, para além de ser coerente com a atividade, é positivo.

É também de salientar que variações no Resultado Operacional resultam muitas vezes de condicionantes relacionadas com a ótica orçamental a que o TNDM II está vinculado e que limita a realização de despesa, obrigando a equilíbrios difíceis de conseguir quando, como naturalmente acontece numa gestão de caixa sem estas limitações, se têm, por exemplo, de fazer pagamentos antecipados de adjudicação de espetáculos cuja realização se dá no ano seguinte (o princípio da especialização resulta em resultados maiores no próprio ano uma vez que o TNDM II não pode utilizar nestes adiantamentos os mais de 3 milhões de euros que tem em caixa/bancos).

Considerando a programação, incluindo pessoal afeto à programação (estatuto dos profissionais da área da cultura, estagiários, horas extra e ajudas de custo), a taxa de cobertura dos gastos pelos rendimentos diretos ficará nos 43,57% (capítulo 7.3 – Programação).

8. Instruções Previsionais de Gestão e Mapas Financeiros Previsionais

8.1. Plano de Redução de Custos – PRC

A análise do quadro infra, constante das instruções elaboradas pela Entidade do Tesouro e das Finanças, requer diversas explicações diretamente relacionadas com a atividade do TNDM II e com o serviço público a que está vinculado. Neste contexto evidencia-se de seguida o quadro da “Eficiência Operacional” bem como o quadro com as conclusões das “Orientações Financeiras para o Triénio”, explicando os pressupostos que justificam os valores de 2026, fundamentando o não cumprimento de algumas orientações:

Eficiência operacional	Unidade							Δ (2026-2025)	
	2024	2025	2025	2026	2027	2028			
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%	
Gastos operacionais (GO)	-6 910 970	-8 045 196	-7 794 159	-8 151 744	-8 294 520	-8 479 816	-357 585	-4,6%	
CMVMC	-5 117	-3 900	-3 402	-2 500	-2 550	-2 601	902	26,5%	
FSE	-2 591 394	-3 321 764	-3 071 225	-3 363 773	-3 431 049	-3 499 670	-292 548	-9,5%	
Gastos com pessoal	-4 314 459	-4 719 532	-4 719 531	-4 785 471	-4 860 921	-4 977 545	-65 939	-1,4%	
Impactos decorrentes de obrigações legais*									
Gastos operacionais ajustados	6 910 970	8 045 196	7 794 159	8 151 744	8 294 520	8 479 816	357 585	4,6%	
Volume de negócios	7 300 312	7 915 470	7 469 883	8 354 562	8 521 653	8 692 087	884 679	11,8%	
Vendas	7 233	6 000	4 959	10 000	10 200	10 404	5 041	101,7%	
Prestações de Serviços	308 400	792 083	347 537	660 382	673 590	687 061	312 845	90,0%	
Indemnizações Compensatórias (conforme Contrato Serv. Público)	6 984 679 €	7 117 388 €	7 117 388 €	7 684 180 €	7 837 864 €	7 994 621 €	566 792	8,0%	
Impacto na receita decorrente de obrigações legais**	697 592	635 000	888 363	460 000	469 200	478 584	-428 363	-48,2%	
Mecenato	290 000 €	330 000 €	275 000 €	250 000 €	255 000 €	260 100 €			
Apoios à Exploração (Diversos co-produtores, parceiros e outros apoios)	407 592 €	305 000 €	613 363 €	210 000 €	214 200 €	218 484 €			
Volume de Negócios ajustado	7 997 904	8 550 470	8 358 246	8 814 562	8 990 853	9 170 671	456 316	5,5%	
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	86%	94%	93%	92%	92%	92%	-0.01		

* Se aplicável: Os impactos/gastos excecionais devem ser justificados em sede de PAO e devidamente discriminados

** Se aplicável: outros rendimentos que concorram para o VN, que devem ser justificados em sede de PAO

Nota: Quando a natureza da empresa não permite aferir a eficiência operacional, deverá a empresa apresentar uma proposta de um indicador de eficiência operacional alternativo na proposta de PAO, o qual deve ser mantido, pelo menos, nos exercícios de 2025 e 2026, a autorizar expressamente pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela área setorial

Fonte: Proposta de PAO para 2026-2028

- Tanto o Volume de Negócios como o Volume de Negócios Ajustado, comparativamente com a estimativa de 2025, registam um aumento de cerca 12% e 5,5% respetivamente;

- Em termos de Gastos Operacionais, a taxa de crescimento foi inferior ao volume de negócios, 4,6% referente a gastos operacionais e 5,5% de volume negócios ajustados;

- Prevê-se que o resultado operacional, medido pelo EBIT, cresça em cerca de 9 mil€ (+3,5%) face a 2025. Importa referir que a natureza da missão do TNDM II deixa claro que o seu propósito não é o lucro, como plasmado estatutariamente: *“a figura da entidade pública empresarial, em substituição da de sociedade comercial, é, com efeito, mais adequada à missão de serviço público de cultura que cabe a esta instituição, a qual, gerida embora por critérios de boa gestão*

empresarial que visem o equilíbrio cada vez maior entre receitas e despesas, não visa o lucro, mas sim a preservação e a difusão da herança cultural (...)"⁵

A sua missão centra-se na prestação de um serviço público de interesse geral, que o Estado reconhece como basilar para o desenvolvimento do país e para a qual lhe concede uma Indemnização Compensatória. O EBIT apresentado é coerente com a atividade, com o financiamento que o Estado entendeu conceder face ao projeto proposto e reflete um equilíbrio entre gastos e rendimentos.

Apesar de para 2026 se verificar um aumento do EBIT, na generalidade dos anos é operacionalmente impossível assegurar a atividade prevista, com as condicionantes expostas, e manter o EBIT em níveis iguais ou superiores ao ano de referência. Note-se que o Estado reconheceu a necessidade de aumentar gastos para acompanhar o incremento de programação e circulação, com a expansão do serviço público prestado às populações, ao atualizar o valor do seu financiamento para o triénio de 2024-2026, também de forma a mitigar impactos de aumentos de preços. Esta condicionante colocaria em causa a execução e a expansão do serviço público que o teatro está incumbido de garantir, e que o Estado reconhece ao assegurar na sua proposta de Orçamento de Estado o crescimento do financiamento para a sua execução.

- Em relação ao Resultado Líquido do Exercício, este segue a mesma tendência do EBIT e tem o mesmo enquadramento justificativo. Por conseguinte, apesar de o TNDM II apresentar resultados líquidos positivos para o triénio, os indicadores de rentabilidade não são cumpridos, uma vez que está definido um crescimento para estes indicadores, e a missão do TNDM II não visa o lucro, mas sim, a prestação do serviço público que, como demonstramos, tem vindo a ser incrementado.

- Para meados de 2026 está previsto o término das obras de requalificação do imóvel no âmbito do PRR. Parte da programação do próximo ano será ainda efetuada fora de portas, acarretando diversos encargos extra, nomeadamente com deslocações/estadas, logística, instalações provisórias e custos das equipas técnico artísticas;

⁵ Decreto-Lei n.º 158/2017, de 27 de abril, que transforma o Teatro Nacional D. Maria II em E.P.E. e aprova os seus estatutos

IEPAO	Unidade: 1 000 €				2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio	Cumpre 1.º ano		Cumpre Triénio	
	2025	2026	2027	2028					S	N	S	N
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	S	N
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO												
Taxa de crescimento nominal PIB	5,0	4,7	3,7	3,7	4,7%	3,7%	3,7%	4,0%				
Taxa de crescimento real PIB	2,0	2,2	1,7	1,8	2,2%	1,7%	1,8%	1,9%				
Taxa de crescimento IHPC	2,1	2,0	2,0	2,0	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%				
a) Volume de negócios	7 470	8 355	8 522	8 692	12%	2%	2%	5%	N		N	
b) EBIT, líq. de provisões, imparidades e correções de justo valor	271	280	507	651	9	226	144	127	S		S	
c) Resultado líquido	213	224	390	495	11	166	106	94	S		S	
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	2%	1%	2%	3%	-0,3 p.p.	0,9 p.p.	0,8 p.p.	0,5 p.p.	N		S	
e) Rentabilidade dos RH	2 630x	2 670x	4 779x	6 138x	40x	2 109x	1 359x	1 169x	S		S	
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	1%	1%	2%	2%	-0,3 p.p.	0,7 p.p.	0,6 p.p.	0,3 p.p.	N		S	
g) Financiamento líquido de novos investimentos	1 000	1 000	1 000	1 000	-	-	-	-				
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)	0	0	0	0	0	0	0	0				
i) Volume de negócios (real)	7 470	8 191	8 191	8 191	10%	0%	0%	3%	N		N	
ii) Gastos operacionais (%)	7 794	8 152	8 295	8 480	5%	2%	2%	3%	S		S	
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS												
Gastos operacionais (corrigido do IHPC)	7 794	7 992	8 132	8 314	198	140	182	173	N		N	

Em suma, das orientações financeiras para o triénio 2026-2028, o TNDM II cumpre com todos os indicadores, exceto os indicadores de rentabilidade, uma vez que está definido um crescimento para estes indicadores, e a missão do TNDM II não visa o lucro, mas sim, a prestação do serviço público que, como demonstramos, tem vindo a ser incrementado. O incumprimento no volume dos gastos operacionais (aumento todos os anos), tem de ser analisado em paralelo com o volume de negócios, uma vez que este apresenta uma variação superior à variação verificada nos gastos operacionais.

No seguimento da informação das duas últimas tabelas, e apesar da elaboração do PAO 2026 não ter sido necessário recorrer ao Volume de Negócios Ajustado, nos últimos anos temos feito uma análise que importa manter e implica com o conjunto de receitas que “financiam” os Gastos Operacionais. Fazemo-lo porque o contrato-programa e os próprios estatutos incentivam a obtenção de fontes alternativas de receita própria, uma vez que, tendo em conta as características do TNDM II, os gastos operacionais não são apenas financiados pelo volume de negócios e a IC. Existe um esforço por parte do TNDM II em captar o máximo de receitas provenientes do setor privado, como são os casos dos apoios à programação e o mecenato (verbas que contabilisticamente não são consideradas para o cálculo do volume de negócios porque se classificam na conta #75).

Os gastos operacionais têm registado um aumento ao longo dos anos, estando este aumento acomodado com o aumento ocorrido também nesses rendimentos que são efetivamente resultado do “negócio” desta E.P.E. e que, na nossa opinião, já veiculada e fundamentada em diversos documentos, deviam integrar o volume de negócios.

Os resultados estão também, naturalmente, dependentes do tipo de programação apresentada, escolha do seu diretor artístico. Uma programação como a dos últimos dois anos, com um carácter marcadamente nacional (fora de portas) – por via das produções próprias, coproduções, e projetos diversos, representa uma menor capacidade de poupança de uma IC que é entregue, na totalidade para ser aplicada nesse serviço público.

Refira-se ainda que a atividade internacional do TNDM II tem gerado nestes últimos anos margens positivas, sendo uma fonte de receita líquida. O facto de o edifício do TNDM II estar encerrado e focado num projeto nacional de grandes dimensões não torna possível uma aposta na programação internacional, o que naturalmente também afeta o volume de negócios.

Neste contexto, o EBIT, bem como o Resultado Líquido que se apresentam, para além de serem coerentes com a atividade, são positivos em todos os anos de análise.

O TNDM II não apresenta qualquer nível de endividamento remunerado.

No que diz respeito a despesas com deslocações, estadas e ajudas de custo, o valor de 2026 comparado com a estimativa de 2025 encontra-se superior. Apesar do regresso previsto ao Edifício do Rossio em meados de 2026, está previsto haver programação fora de portas, com projetos em que a sua tipologia e logística acarretam aumento deste tipo de encargos. Para 2027 e 2028, assumindo a plenitude do ano no Rossio, os encargos diminuem substancialmente.

	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Deslocações e alojamento	17 159	32 310	90 098	151 024	67 961	30 582	60 926	68%
Ajudas de custo	76 809	69 579	79 000	56 813	39 322	39 651	-22 187	-28%

Nos gastos com frota automóvel estima-se uma diminuição do valor face a 2025. O TNDM II dispunha em 2023 de 2 viaturas em contrato de leasing, tendo cessado um dos contratos e optado pela aquisição de uma viatura própria, traduzindo-se numa diminuição os encargos com aluguer. Não obstante, ao continuar a haver uma aposta da programação em território nacional, originará uma maior utilização das duas viaturas que o TNDM II dispõe. Apesar de haver uma diminuição dos gastos totais com a frota automóvel, os valores com gastos de combustíveis aumentarão.

Frota automóvel	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Operacional - EUR	41 225	16 140	17 296	15 098	15 400	15 708	-2 198	-13%
Operacional - n.º de viaturas	2	2	2	2	2	2	0	0%

O TNDM II não tem qualquer valor estimado para 2026 para contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

9. Quadro Síntese de autorizações requeridas

Autorizações Necessárias solicitadas /Dispensa de cumprimento de princípios de referência		Fundamentação	Normativo Aplicável	Página do PAO correspondente
Conversão de 5 contratos a termo em contratos sem termo		Tratam-se de funções que têm vindo a ser executadas por contratos sucessivos ao abrigo do EPAC, tendo tornando-se evidente, com o passar do tempo, que são necessidades permanentes face à intensidade de programação. Não se adequa, portanto que estas funções sejam ocupadas por trabalhadores com vínculos precários, pelo que se pretende a sua regularização. Na prática não há um aumento líquido de gastos com pessoal, uma vez que, como foi referido, são necessidades que têm vindo a ser cobertas por contratos a termo ao abrigo do EPAC.	Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro (versão atualizada)	41
Contratação de 5 trabalhadores ao abrigo do Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura	Contratos >6 meses	Face à programação prevista em 2026 - que regressará ao TNDM II, mas que também continuará a ser desenvolvida por todo o país (Odisseia Nacional), havendo projetos que se desenvolverão por diversos meses (ATOS, PRÓXIMA CENA) há alguns profissionais que se prevê vir a ser necessário por um período superior a 6 meses.	Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, Artigo 131.º n.º 8	44
Gastos Operacionais		Apesar de aparecer o incumprimento no volume dos gastos operacionais (aumento todos os anos), o mesmo tem de ser analisado em termos percentuais, não com o volume de negócios, mas sim com o volume de negócios ajustado. E daí pode-se concluir que, em termos percentuais, o volume de negócios tem uma variação superior à variação verificada nos gastos operacionais.		63
Gastos Frota Automóvel		A programação em território nacional obriga a uma maior utilização das viaturas nas deslocações das equipas que é penalizada com o aumento dos preços de combustíveis, no entanto, estima-se um decréscimo de custos com a Frota automóvel nos próximos anos.		66

10. Anexos

10.1. Anexo 1 – Mapas Financeiros para o Triénio

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Unidade: euros										
Rendimentos e Gastos	Notas	2024	2025	2025	1.ºT2026	2.ºT2026	3.ºT2026	4.ºT2026	2027	2028
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Vendas		7 233 €	6 000 €	4 959 €	2 500 €	5 000 €	7 500 €	10 000 €	10 200 €	10 404 €
Prestações de serviços		308 400 €	792 083 €	347 537 €	228 900 €	456 208 €	513 792 €	660 382 €	673 590 €	687 061 €
Transferências e subsídios correntes à exploração obtidos		7 392 271 €	7 422 388 €	7 730 751 €	1 921 045 €	4 052 090 €	5 973 135 €	7 894 180 €	8 052 064 €	8 213 105 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-5 117 €	-3 900 €	-3 402 €	-625 €	-1 250 €	-1 875 €	-2 500 €	-2 550 €	-2 601 €
Fornecimentos e serviços externos		-2 591 394 €	-3 321 764 €	-3 071 225 €	-1 457 502 €	-2 142 197 €	-2 752 027 €	-3 363 773 €	-3 431 049 €	-3 499 670 €
Gastos com pessoal		-4 314 459 €	-4 719 532 €	-4 719 531 €	-1 278 734 €	-2 240 282 €	-3 511 437 €	-4 785 471 €	-4 860 921 €	-4 977 545 €
Provisões (aumentos/reduções)		-1 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		328 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Aumentos / reduções de justo valor		289 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros rendimentos e ganhos		356 886 €	409 426 €	358 719 €	25 €	259 621 €	269 645 €	289 241 €	1 895 026 €	1 932 927 €
Outros gastos e perdas		-47 106 €	-34 415 €	-27 127 €	-9 328 €	-18 657 €	-27 985 €	-37 313 €	-38 059 €	-38 820 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)		1 107 330 €	550 285 €	620 680 €	- 593 719 €	370 533 €	470 748 €	664 747 €	2 298 301 €	2 324 861 €
Gastos / reversões de depreciação e amortização		- 378 989 €	- 364 679 €	- 349 822 €	- 92 015 €	- 187 571 €	- 285 547 €	- 384 414 €	-1 791 738 €	-1 674 266 €
Resultado operacional (EBIT)		728 340 €	185 606 €	270 858 €	- 685 734 €	182 962 €	185 201 €	280 333 €	506 563 €	650 594 €
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor		728 340 €	185 606 €	270 858 €	-685 734 €	182 962 €	185 201 €	280 333 €	506 563 €	650 594 €
Juros e rendimentos similares obtidos		83 261 €	0 €	12 600 €	0 €	12 500 €	12 500 €	25 000 €	25 000 €	25 000 €
Resultado antes de impostos		811 602 €	185 606 €	283 458 €	- 685 734 €	195 462 €	197 701 €	305 333 €	531 563 €	675 594 €
Imposto sobre o rendimento		-197 825 €	-56 324 €	-70 864 €	0 €	0 €	0 €	-81 614 €	-141 927 €	-180 384 €
Resultado líquido do período		613 777 €	129 282 €	212 593 €	- 685 734 €	195 462 €	197 701 €	223 719 €	389 636 €	495 211 €

BALANÇO

Unidade euros

Rubricas	Notas	2024	2025	2025	1.ºT2026	2.ºT2026	3.ºT2026	4.ºT2026	2027	2028
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
ATIVO										
Ativo não corrente										
Ativos fixos tangíveis		7 342 471 €	12 682 187 €	17 375 076 €	17 652 851 €	18 241 766 €	18 945 645 €	19 376 696 €	18 116 459 €	16 928 692 €
Ativos intangíveis		64 816 €	29 464 €	57 480 €	56 612 €	55 266 €	53 098 €	50 930 €	45 073 €	39 890 €
Subtotal		7 407 287 €	12 711 651 €	17 432 557 €	17 709 464 €	18 297 033 €	18 998 743 €	19 427 627 €	18 161 532 €	16 968 582 €
Ativo corrente										
Inventários		134 283 €	127 614 €	146 934 €	146 934 €	146 934 €	146 934 €	146 934 €	150 000 €	150 000 €
Clientes, contribuintes e utentes		189 768 €	10 000 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €	30 000 €	30 000 €
Estado e outros entes públicos		44 559 €	89 215 €	40 000 €	90 249 €	66 829 €	195 318 €	213 463 €	150 000 €	150 000 €
Outras contas a receber		192 493 €	0 €	150 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	75 000 €	100 000 €
Diferimentos		230 300 €	120 000 €	200 000 €	200 000 €	200 000 €	200 000 €	200 000 €	150 000 €	150 000 €
Caixa e depósitos		4 790 085 €	4 852 235 €	3 877 677 €	3 505 103 €	4 002 377 €	3 765 021 €	4 091 370 €	4 053 491 €	4 063 176 €
Subtotal		5 581 489 €	5 199 064 €	4 464 611 €	3 992 286 €	4 466 140 €	4 357 273 €	4 701 767 €	4 608 491 €	4 643 176 €
Total do Ativo		12 988 776 €	17 910 715 €	21 897 168 €	21 701 750 €	22 763 173 €	23 356 017 €	24 129 394 €	22 770 023 €	21 611 758 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO										
Património / Capital		1 000 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €
Reservas		2 083 899 €	2 088 216 €	2 114 587 €	2 125 217 €	2 125 217 €	2 125 217 €	2 125 217 €	2 136 403 €	2 155 885 €
Resultados transitados		2 405 083 €	2 487 120 €	1 988 171 €	2 190 135 €	2 190 135 €	2 190 135 €	2 190 135 €	2 402 668 €	2 772 822 €
Outras variações no Património Líquido		5 460 710 €	10 666 274 €	15 186 153 €	15 470 128 €	16 050 532 €	16 650 508 €	17 146 912 €	15 586 608 €	14 026 537 €
Resultado líquido do período		613 777 €	129 282 €	212 593 €	-685 734 €	195 462 €	197 701 €	223 719 €	389 636 €	495 211 €
Total do Património Líquido		11 563 469 €	16 370 892 €	20 501 505 €	20 099 746 €	21 561 346 €	22 163 561 €	22 685 982 €	21 515 314 €	20 450 454 €
PASSIVO										
Passivo não corrente										
Provisões		6 947 €	6 947 €	6 947 €	6 947 €	6 947 €	6 947 €	6 947 €	6 947 €	6 947 €
Subtotal		6 947 €	6 947 €	6 947 €	6 947 €	6 947 €	6 947 €	6 947 €	6 947 €	6 947 €
Passivo corrente										
Fornecedores		19 356 €		35 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	20 000 €	15 000 €
Estado e outros entes públicos		133 077 €	190 651 €	135 000 €	206 999 €	314 847 €	136 135 €	217 748 €	150 000 €	150 000 €
Acionistas / Sócios / Associados		0 €	112 610 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras contas a pagar		1 043 502 €	939 615 €	928 716 €	1 098 057 €	590 032 €	759 374 €	928 716 €	777 761 €	789 356 €
Diferimentos		222 425 €	290 000 €	290 000 €	290 000 €	290 000 €	290 000 €	290 000 €	300 000 €	200 000 €
Subtotal		1 418 359 €	1 532 876 €	1 388 716 €	1 595 057 €	1 194 879 €	1 185 509 €	1 436 464 €	1 247 761 €	1 154 356 €
Total do Passivo		1 425 307 €	1 539 823 €	1 395 663 €	1 602 004 €	1 201 827 €	1 192 456 €	1 443 411 €	1 254 708 €	1 161 303 €
Total do Património Líquido e Passivo		12 988 776 €	17 910 715 €	21 897 168 €	21 701 750 €	22 763 173 €	23 356 017 €	24 129 394 €	22 770 022 €	21 611 758 €

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Unidade: euros

Rubricas	Notas	2024	2025	2025	1.ºT2026	2.ºT2026	3.ºT2026	4.ºT2026	2027	2028
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais										
Recebimentos de clientes		1 101 640 €	928 301 €	955 227 €	233 257 €	713 149 €	780 237 €	953 698 €	972 772 €	992 228 €
Pagamentos a fornecedores		-3 134 789 €	-3 788 150 €	-3 777 607 €	-1 522 019 €	-2 331 157 €	-3 048 391 €	-3 768 401 €	-3 843 769 €	-3 920 644 €
Pagamentos ao pessoal		-4 211 311 €	-4 548 634 €	-4 664 189 €	-1 040 826 €	-2 315 166 €	-3 585 003 €	-4 679 783 €	-4 860 921 €	-4 977 545 €
Caixa gerada pelas operações		-6 244 460 €	-7 408 484 €	-7 486 569 €	-2 329 588 €	-3 933 174 €	-5 853 157 €	-7 494 485 €	-7 731 917 €	-7 905 961 €
Outros recebimentos/pagamentos		7 042 168 €	8 143 820 €	7 427 131 €	2 061 468 €	4 252 072 €	6 180 314 €	8 149 944 €	8 312 943 €	8 479 202 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		797 708 €	735 337 €	- 59 438 €	- 268 120 €	318 898 €	327 157 €	655 459 €	581 025 €	573 240 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento										
Pagamentos respeitantes a:										
Ativos fixos tangíveis		-3 306 455 €	-4 727 786 €	-9 730 000 €	-386 979 €	-1 088 238 €	-1 933 853 €	-2 464 305 €	-643 905 €	-588 555 €
Ativos intangíveis		0 €	-3 690 €	0 €	-1 476 €	-2 460 €	-2 460 €	-2 460 €	0 €	0 €
Recebimentos provenientes de:										
Subsídios ao investimento		2 750 252 €	4 357 131 €	8 801 663 €	284 000 €	884 000 €	1 484 000 €	2 000 000 €	0 €	0 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 556 203 €	- 374 345 €	- 928 337 €	- 104 455 €	- 206 698 €	- 452 313 €	- 466 765 €	- 643 905 €	- 588 555 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento										
Recebimentos provenientes de:										
Outras operações de financiamento		536 €	0 €	75 367 €	0 €	12 500 €	12 500 €	25 000 €	25 000 €	25 000 €
Pagamentos respeitantes a:										
Outras operações de financiamento										
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		536 €	- €	75 367 €	- €	12 500 €	12 500 €	25 000 €	25 000 €	25 000 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		242 041 €	360 992 €	- 912 408 €	- 372 574 €	124 700 €	- 112 656 €	213 693 €	- 37 880 €	9 685 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 548 044 €	4 491 244 €	4 790 085 €	3 877 677 €	3 877 677 €	3 877 677 €	3 877 677 €	4 091 370 €	4 053 491 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4 790 085 €	4 852 235 €	3 877 677 €	3 505 103 €	4 002 377 €	3 765 021 €	4 091 370 €	4 053 491 €	4 063 176 €

10.2. Anexo 2 – Plano Trienal de Investimento

ITENS	Org. 2025	Org. 2026	Org. 2027	Org. 2028	Fonte Financiamento	Prioridade	Objetivos
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES (EOC)	167 000,00	63 700,00	195 000,00	175 000,00			
Salas / Armazém	50 000,00	33 700,00	170 000,00	150 000,00			
Remodelação da Sala Garrett	50 000,00	0,00	0,00	0,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Média	Manutenção e melhoria das condições de operação e segurança
Conservação e manutenção da Sala Estúdio	0,00	0,00	30 000,00	30 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Média	Manutenção e melhoria das condições de operação,
Conservação e manutenção do Edifício	0,00	23 700,00	100 000,00	80 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Elevada	Assistências técnicas contratualizadas; Manutenção e melhoria das condições de operação e segurança
Remodelação do Armazém do Cacém	0,00	10 000,00	0,00	0,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Elevada	Manutenção e melhoria das condições de operação e segurança
Remodelação Outros	0,00	0,00	40 000,00	40 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Elevada	Manutenção e melhoria das condições de operação e segurança
Sistemas Eléctricos	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00			
Sistemas Eléctricos - Outros	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Média	Redução da obsolescência da infraestrutura elétrica em áreas não abrangidas pela obra PRR; Melhoria das condições de operação e segurança
Sistemas AVAC	0,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00			
Sistema AVAC - Central Térmica	0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Elevada	Melhoria das condições de climatização dos espaços públicos e de trabalho
Sistema AVAC - Climatização	0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00			
Sistema AVAC - Outros	0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Baixa	Substituições pontuais de equipamentos
Segurança do Edifício	1 000,00	10 000,00	5 000,00	5 000,00			
SADI e Outros	1 000,00	10 000,00	5 000,00	5 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Elevada	Intervenções na infraestrutura de segurança do edifício para redução de riscos
Outros	111 000,00	0,00	0,00	0,00			
Outros	111 000,00	0,00	0,00	0,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Média	Manutenção e melhoria das condições de operação e segurança
EQUIPAMENTO BÁSICO	77 500,00	140 222,38	303 500,00	278 500,00			
Mecânica de Cena	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00			
Manutenções preventivas da mecânica de cena	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Média	Substituição de material obsoleto
Equipamento de Iluminação	0,00	25 000,00	100 000,00	100 000,00			
Equipamento de Iluminação - Outros	0,00	25 000,00	100 000,00	100 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Elevada	Redução de todo o consumo energético para LED, incluindo sala Garrett
Equipamento de Som e Vídeo	0,00	25 000,00	100 000,00	50 000,00			
Equipamento de Som e Vídeo - Outros	0,00	25 000,00	100 000,00	50 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Baixa	Redução da obsolescência da infraestrutura técnica e melhoria das condições de operação
Equipamento Maquinaria e Palco	30 000,00	25 000,00	50 000,00	50 000,00			
Equipamento de Maquinaria - Outros	30 000,00	25 000,00	50 000,00	50 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Elevada	Redução da obsolescência de equipamento técnico e melhoria das condições de operação e segurança. Equipamentos complementares à obra. Cordas e travões varas contrapesadas.
Equipamento de Manutenção	5 000,00	5 000,00	10 000,00	10 000,00			
Equip. de Segurança e Emergência	0,00	0,00	5 000,00	5 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Elevada	Equipamento de segurança e melhoria das condições de operação de acordo com a legislação em vigor
Equipamento de Manutenção - Outros	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Elevada	Redução da obsolescência de equipamento técnico e melhoria das condições de operação e segurança
Equipamento de Cena	3 500,00	14 500,00	14 500,00	14 500,00			
Equipamento de Cena - Vários	3 500,00	14 500,00	14 500,00	14 500,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Média	Substituição de material obsoleto
Equipamento de Documentação e Património	0,00	5 722,38	0,00	0,00			
Outros	0,00	5 722,38	0,00	0,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Média	Redução da obsolescência de equipamento técnico e melhoria das condições de operação e segurança
Equipamento Básico - Comunicações	19 000,00	25 000,00	14 000,00	39 000,00			
Central Telefónica	0,00	10 000,00	0,00	20 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Média	Redução da obsolescência de equipamento técnico e melhoria das condições de operação e segurança
Rádios Portáteis e Intercomunicadores	19 000,00	10 000,00	14 000,00	19 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Média	Redução da obsolescência de equipamento técnico e melhoria das condições de operação e segurança
Equipamento de Comunicações - Vários	0,00	5 000,00	0,00	0,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Média	Redução da obsolescência de equipamento técnico e melhoria das condições de operação e segurança
Equipamento Básico - Outros	5 000,00	0,00	0,00	0,00			
Equipamento Básico - Vários	5 000,00	0,00	0,00	0,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Média	Redução da obsolescência de equipamento técnico e melhoria das condições de operação e segurança
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	27 479,78	173 561,67	31 000,00	31 000,00			
Equipamento Informático	16 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00			
Computadores, Ecrãs	5 000,00	10 000,00	5 000,00	5 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Elevada	Redução da obsolescência, renovação dos equipamentos
Equipamento Informático - Outros	11 000,00	0,00	5 000,00	5 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Média	Redução da obsolescência de equipamento técnico e melhoria das condições de operação
Equipamento Mobiliário	7 000,00	10 000,00	12 000,00	12 000,00			
Equipamento Mobiliário - Outros	7 000,00	10 000,00	12 000,00	12 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Baixa	Redução da obsolescência, equipamentos para os novos espaços
Equipamento Eletrodomésticos	0,00	2 500,00	2 000,00	2 000,00			
Equipamento Eletrodomésticos	0,00	2 500,00	2 000,00	2 000,00	Empresa Autofinanciamento	Média	Redução da obsolescência, equipamentos para os novos espaços
Equipamento Administrativo - Outros	4 479,78	151 061,67	7 000,00	7 000,00			
Equipamento Administrativo - Outros	4 479,78	151 061,67	7 000,00	7 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Média	Redução da obsolescência de equipamento técnico e melhoria das condições de operação. Equipamento para os novos espaços
ATIVOS INTANGÍVEIS	3 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00			
Propriedade Industrial	3 000,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00			
SW - Sistema Documental	2 000,00	2 000,00	1 000,00	1 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Elevada	Gestão documental - Desenvolvidos a nível dos workflows
Outros	1 000,00	0,00	1 000,00	1 000,00	318 - Transferências de RG entre organismos - indemnizações compensatórias	Elevada	Primavera - Desenvolvidos e novas parametrizações
TURISMO ACESSÍVEL	38 561,00	0,00	0,00	0,00			
Instalação de corrimãos acesso SN	7 150,00	0,00	0,00	0,00	541 - Transferências de RP entre organismos	Elevada	
Instalação corrimãos acesso plateia	18 920,00	0,00	0,00	0,00	541 - Transferências de RP entre organismos	Elevada	Projeto cofinanciado pelo Turismo de Portugal para a acessibilidade
Projeto de sinfética inclusiva	12 491,00	0,00	0,00	0,00	541 - Transferências de RP entre organismos	Elevada	
PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA	4 309 701,08	2 000 000,00	0,00	0,00			
Intervenção Património - Fachadas, arranque da obra no interior	4 309 701,08	2 000 000,00	0,00	0,00	483 - Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções	Muito Elevada	
ACESSO CULTURA	30 000,00	0,00	0,00	0,00			
Acessibilidade camarim 4 e 17 - Acesso Cultura	30 000,00	0,00	0,00	0,00			
Total submetido OE	4 653 241,86	2 379 484,05	531 500,00	486 500,00			

10.3. Anexo 3 – Mapas detalhados de gastos e rendimentos

GASTOS COM PESSOAL

Designação da Conta		Real 2023	Real 2024	Estimativa 2025	PAO 2026	Variação 2026/2025		Variação 2026/2024		Variação 2026/2023	
Org. Sociais	Ordenados	140 236	121 116	153 743	156 689	2 946	2%	35 573	29%	16 453	12%
	Subsídio de refeição	4 014	3 396	4 074	4 158	84	2%	762	22%	144	4%
	Despesas de Representação	56 591	48 624	61 497	62 676	1 178	2%	14 052	29%	6 085	11%
	Ajudas de custo	8 944	5 425	8 000	6 000	-2 000	-25%	575	11%	-2 944	-33%
	Subsídio de férias + férias especialização + férias não gozadas	13 401	20 845	12 692	13 057	366	3%	-7 788	-37%	-343	-3%
	Subsídio de natal + natal especialização	12 410	10 569	13 056	13 057	1	0%	2 488	24%	647	5%
	Contrib. Seg. Social Ent. Patronal	47 276	47 774	57 235	58 301	1 067	2%	10 527	22%	11 025	23%
	Seg. Acidentes Trabalho	3 440	3 451	4 347	4 675	328	8%	1 224	35%	1 235	36%
	Medicina no trabalho	0	73	67	136	69	103%	64	88%	136	#DIV/0!
	Formação	25	150	50	0	-50	-100%	-150	-100%	-25	-100%
	Produtos Alimentares	112	191	466	700	234	50%	509	267%	588	522%
	ROC	16 440	16 440	16 440	16 440	0	0%	0	0%	0	0%
Sub-total Orgãos Sociais		302 889	278 054	331 667	335 891	4 224	1%	33 002	11%	27 472	9%
Pessoal Estrutura	Ordenados	1 667 914	1 753 994	1 956 429	2 107 286	150 856	8%	353 292	20%	439 372	26%
	Subsídio de refeição	105 654	110 714	124 740	135 828	11 088	9%	25 114	23%	30 174	29%
	Isenção horário trabalho	268 385	293 682	352 157	384 802	32 645	9%	91 120	31%	116 416	43%
	Trabalho Suplementar	2 394	1 353	3 277	4 000	723	22%	2 647	196%	1 606	67%
	Ajudas de custo	7 212	14 780	6 000	8 000	2 000	33%	-6 780	-46%	788	11%
	Subsídio de férias + férias especialização + férias não gozadas	181 664	155 515	215 207	207 344	-7 863	-4%	51 829	33%	25 680	14%
	Subsídio de natal + natal especialização	135 964	145 810	156 514	175 607	19 093	12%	29 798	20%	39 644	29%
	Abono de família & Falhas + Outros Abonos + Com. Serv. + Outras remunerações	14 294	6 249	6 000	6 355	355	6%	106	2%	-7 939	-56%
	Teletrabalho e outros abonos (formações não gozad	3 252	8 042	9 218	10 121	903	10%	2 079	26%	6 868	211%
	Comp. Cessão de contrato	42 458	-1 011	60 000	0	-60 000	-100%	1 011	-100%	-42 458	-100%
	Contrib. Seg. Social Ent. Patronal	547 992	560 365	637 352	678 043	40 692	6%	117 678	21%	130 052	24%
	Seg. Acidentes Trabalho	35 086	36 247	48 273	58 156	9 883	20%	21 910	60%	23 070	66%
	Medicina no trabalho	3 045	2 270	3 000	10 839	7 839	261%	8 569	377%	7 795	256%
	Higiene e segurança no trabalho	4 232	4 623	5 500	6 500	1 000	18%	1 877	41%	2 268	54%
	Formação	16 521	14 457	20 000	20 000	0	0%	5 543	38%	3 479	21%
	Fardamento	860	1 168	1 000	15 350	14 350	1435%	14 182	1214%	14 490	1684%
	Estágios	0	207	1 000	6 000	5 000	500%	5 793	2798%	6 000	#DIV/0!
	Recrutamento	4 550	10 053	0	0	0	#DIV/0!	-10 053	-100%	-4 550	-100%
	Eventos Internos	7 016	3 637	5 000	7 310	2 310	46%	3 673	101%	294	4%
	Outros custos com Pessoal	0	107	150	1 200	1 050	700%	1 093	1022%	1 200	#DIV/0!
Sub-total Pessoal Estrutura		3 048 492	3 122 261	3 610 818	3 842 741	231 923	6%	794 249	26%	1 116 368	41%
Total Agrupamento Pessoal - Estrutura		3 351 381	3 400 315	3 942 485	4 178 632	236 148	6%	827 251	25%	1 143 840	38%
Estagiários	Ordenados	0	0	0	13 794	13 794	#DIV/0!	13 794	#DIV/0!	13 794	#DIV/0!
	Subsídio de refeição	0	0	0	1 560	1 560	#DIV/0!	1 560	#DIV/0!	1 560	#DIV/0!
	Higiene e segurança no trabalho	0	0	0	181	181	#DIV/0!	181	#DIV/0!	181	#DIV/0!
	Seg. Acidentes Trabalho	0	0	0	287	287	#DIV/0!	287	#DIV/0!	287	#DIV/0!
Sub-total Estagiários		0	0	0	15 822	15 822	#DIV/0!	15 822	#DIV/0!	4 421	39%
Contratação Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura	Ordenados	461 604	494 364	415 795	324 865	-90 931	-22%	-169 499	-34%	-136 739	-30%
	Subsídio de refeição	29 718	32 172	23 592	21 986	-1 606	-7%	-10 186	-32%	-7 732	-26%
	Isenção de horário trabalho	64 313	65 745	58 211	32 596	-25 615	-44%	-33 149	-50%	-31 717	-49%
	Subsídio de férias + férias especialização + férias não gozadas	37 817	39 781	32 500	29 788	-2 712	-8%	-9 993	-25%	-8 029	-21%
	Subsídio de natal + natal especialização	38 376	40 401	32 500	27 072	-5 428	-17%	-13 329	-33%	-11 304	-29%
	Contrib. Seg. Social Ent. Patronal	136 116	148 810	128 014	99 011	-29 004	-23%	-49 800	-33%	-37 105	-27%
	Teletrabalho e outros abonos (formações não gozad	0	0	8 420	3 691	-4 729	-56%	3 691	#DIV/0!	3 691	#DIV/0!
	Medicina no trabalho	0	0	540	680	140	26%	680	#DIV/0!	680	#DIV/0!
	Seg. Acidentes Trabalho	12 661	12 910	12 474	8 515	-3 959	-32%	-4 396	-34%	-4 146	-33%
	Sub-total Contratação EPAC	780 605	834 184	712 047	548 204	-163 843	-23%	-232 401	-30%	-211 123	-28%
#63 analiticam ente na	Trabalho Suplementar	13 982	21 625	0	0	0	#DIV/0!	-21 625	-100%	-13 982	-100%
	Ajudas de custo	72 307	56 605	65 000	42 813	-22 187	-34%	-13 792	-24%	-29 495	-41%
	Contrib. Seg. Social Ent. Patronal	2 684	1 731	0	0	0	#DIV/0!	-1 731	-100%	-2 684	-100%
Sub-total despesas Pessoal Estrutura analiticamente em Programação		88 974	79 961	65 000	42 813	-22 187	-34%	-37 148	-46%	-46 161	-52%
Total Geral realizado		4 220 960	4 314 459	4 719 531	4 785 471	65 939	1%	471 011	11%	564 511	13%

ITENS	Real 2022	Real 2023	Real 2024	Estimativa 2025	PAO 2026	Variação 2026-2025		Variação 2026-2024		Variação 2026-2022	
ENERGIA E FLUÍDOS	279 169	109 260	74 210	58 318	235 259	176 941	303%	161 049	217%	-43 911	-16%
Electricidade	224 165	78 899	54 611	23 184	175 870	152 686	659%	121 259	222%	-48 296	-22%
Água	15 186	10 638	8 637	5 363	13 500	8 137	152%	4 863	56%	-1 686	-11%
Gás	32 771	9 816	1 137	580	30 889	30 309	5227%	29 752	2616%	-1 882	-6%
Combustíveis	7 047	9 908	9 825	10 299	15 000	4 701	46%	5 175	53%	7 953	113%
Outras Despesas com Energia e Fluidos	0	0	0	18 892	0	-18 892	-	0	-	0	-
SERVIÇOS DIVERSOS	128 796	100 818	119 333	118 862	180 582	61 720	52%	61 249	51%	51 786	40%
Comunicação	7 205	9 432	11 175	11 205	14 528	3 323	30%	3 353	30%	7 323	102%
Rendas e Alugueres	41 501	38 588	61 588	56 790	48 833	-7 957	-14%	-12 755	-21%	7 332	18%
Armazém do Cacém	23 224	23 606	25 144	25 749	26 555	806	3%	1 411	6%	3 331	14%
ALD de viaturas	15 548	9 023	15 993	11 956	9 758	-2 198	-18%	-6 235	-39%	-5 790	-37%
Outros alugueres	2 729	5 959	20 451	19 085	12 520	-6 565	-34%	-7 931	-39%	9 791	359%
Seguros	16 316	17 715	18 298	22 384	24 063	1 679	8%	5 765	32%	7 747	47%
Contencioso & Notariado	2 224	711	279	430	3 670	3 240	753%	3 391	1215%	1 446	65%
Despesas de Representação	911	642	1 700	920	0	-920	-100%	-1 700	-100%	-911	-100%
Limpeza, Higiene & Conforto	58 613	33 729	26 292	27 133	89 488	62 355	230%	63 196	240%	30 875	53%
Aquisição bens/serviços prevenção Covid	1 891	0	0	0	0	0	-	0	-	-1 891	-100%
Outros	134	0	0	0	0	0	-	0	-	-134	-100%
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	274 162	270 262	292 457	320 821	472 494	151 673	47%	180 037	62%	198 332	72%
Trabalhos Especializados	101 478	155 137	172 915	175 976	158 122	-17 854	-10%	-14 793	-9%	56 644	56%
Tecnologias de Informação	85 899	124 552	144 074	141 146	133 687	-7 459	-5%	-10 386	-7%	47 788	56%
Consultoria	0	0	0	0	0	0	-	0	-	0	-
Outros Trabalhos Especializados	15 579	30 585	28 842	34 830	24 435	-10 395	-30%	-4 407	-15%	8 856	57%
Publicidade e Propaganda	0	0	0	0	0	0	-	0	-	0	-
Vigilância e Segurança	93 943	84 716	84 735	117 494	98 000	-19 494	-17%	13 265	16%	4 057	4%
Conservação e Reparação de Viaturas	328	3 131	9 616	5 340	5 340	0	0%	-4 276	-44%	5 012	1527%
Conservação e Reparação de Edifícios e Outras Construções	23 311	2 231	983	3 000	20 000	17 000	567%	19 017	1935%	-3 311	-14%
Conservação e Reparação de Equipamento Técnico	43 026	18 689	18 059	11 459	177 532	166 073	1449%	159 472	883%	134 506	313%
Outros Serviços Especializados	12 076	6 358	6 148	7 553	13 500	5 947	79%	7 352	120%	1 424	12%
MATERIAIS	26 791	22 652	21 720	27 962	35 494	7 532	27%	13 774	63%	8 703	32%
Material de Escritório	11 672	7 148	11 034	6 255	10 368	4 113	66%	-666	-6%	-1 304	-11%
Livros e Documentação Técnica	70	595	359	683	683	0	0%	324	90%	613	874%
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	15 049	14 092	9 433	18 573	20 443	1 870	10%	11 010	117%	5 394	36%
Artigos para Oferta	0	95	118	0	2 000	2 000	-	1 882	1591%	2 000	-
Material de Embalagem	0	722	776	2 450	2 000	-450	-18%	1 224	158%	2 000	-
Artigos de Decoração	0	0	0	0	0	0	-	0	-	0	-
DESLOCAÇÕES E TRANSPORTES	19 049	54 917	29 329	29 925	25 900	-4 025	-13%	-3 429	-12%	6 851	36%
Transportes de materiais	10 727	21 723	945	1 927	5 350	3 423	178%	4 405	466%	-5 377	-50%
Transportes de Pessoas	8 321	33 195	28 384	27 999	20 550	-7 449	-27%	-7 834	-28%	12 229	147%
ESTÁDIAS E REFEIÇÕES	10 858	25 103	16 658	30 172	15 500	-14 672	-49%	-1 158	-7%	4 642	43%
Estádias e Refeições	10 858	25 103	16 658	30 172	15 500	-14 672	-49%	-1 158	-7%	4 642	43%

10.4. Anexo 4 – Mapa de Pessoal Aprovado



MAPA DE PESSOAL PARA 2026

Assinado por: Ana Margarida
Balseiro de Sousa Lopes
Num. de identificação: 13583732
Data: 2025.07.31 18:26:30+01'00'

Unidade orgânica - Centro de competência ou de produção / área de atividade	Cargos / funções / categorias												N.º de postos de trabalho
	Presidente	Vogal	Diretor/a Artístico	Diretor/a	Assessor/a	Secretaria	Coordenador/a	Ass. / Adj.º	Coordenador/a técnico	Técnicos Adjuntos	Técnicos	Técnicos Auxiliares	
Conselho de Administração	1	2											3
	1	2											3
Direção Artística			1		1								2
			1		1								2
Apoio ao Conselho de Administração						1					1		2
						1					1		2
Núcleo de Apoio								2					2
								2					2
Direção Administrativa e Financeira				1			2				5		8
Recursos Humanos										2	1		3
				1			2			2	6		11
Direção de Relações Externas e Presto de Casa				1						1	6		8
Biblioteca									1		1	1	3
Residência													
				1					1	1	7	1	11
Direção de Comunicação e Marketing				1							6		7
				1							6		7
Direção de Produção				1			1				8		10
				1			1				8		10
Direção de Cena				1					3		4		8
Técnicos de cenário											2		2
Guardar-roupa									1		3		4
				1					4		9		14
Direção Técnica				1			1				2		4
Máquinas e materiais de cena											6		6
Iluminação									1		5		6
Sons / Audiovisual									1		5		6
				1			1		3		18		22
Direção de Manutenção				1									1
Segurança													
Manutenção									1		3		4
Informática									1		1		2
Técnicos de Segurança									1			2	3
				1					3		6	2	10
Direção de Documentação e Património				1							3		4
Livros												1	1
Biblioteca / Arquivo											1	1	2
				1							6	2	7
TOTAL	1	2	1	8	1	1	4	2	10	3	43	5	101

Susana Isabel
da Silva
Ribeiro de
Melo
Digitally signed by
Susana Isabel da
Silva Ribeiro de
Melo
Date: 2025.07.28
17:46:03 +01'00'

10.5. Anexo 5 – Mapas orçamentais – Submetidos no SOE

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2026

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

MAPA OP-01

Pág. 1

DESENVOLVIMENTO DAS RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 15 - CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO
Secretaria: 1 - MCJD - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 90 - ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS
Divisão: 05 - TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E.

PROG	MED	CLASS. ECONÓMICA	RECEITA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL RECEITAS (EM EUROS)	
				RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS
018	036	06	CULTURA									
		06.03	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA									
		06.03.01	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:									
		06.03.01.99	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL:									
		06.03.01.99.99	ESTADO									
			ESTADO/OUTRAS									
			REC. IMPOSTOS - OUTRAS/ESTADO/ADM. CENTRAL			8 145 231						8 145 231
			Total do capítulo			8 145 231						8 145 231
		07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES:									
		07.01	VENDA DE BENS:									
		07.01.06	MERCADORIAS									
		07.01.06.01	MERCADORIAS									
		07.01.06.01.78	REC. PRÓPRIAS - MERCADORIAS		10 800							10 800
		07.02	SERVIÇOS:									
		07.02.06	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO									
		07.02.06.01	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO									
		07.02.06.01.78	REC. PRÓPRIAS - SERV. SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTUR. E DESPORTO		1 218 096							1 218 096
			Total do capítulo		1 228 896							1 228 896
		08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES:									
		08.01	OUTRAS:									
		08.01.99	OUTRAS									
		08.01.99.02	RECUPERAÇÃO DO IVA									
		08.01.99.02.78	REC. PRÓPRIAS - RECUPERAÇÃO IVA		126 922							126 922
			Total do capítulo		126 922							126 922
			Total da medida		1 355 820	8 145 231						9 500 851
			Total do programa		1 355 820	8 145 231						9 500 851
			Total das Atividades		1 355 820	8 145 231						9 500 851

2025-08-01

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2026

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

MAPA OP-01

Pág. 2

DESENVOLVIMENTO DAS RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 15 - CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO
Secretaria: 8 - MCJD - PROJETOS - SFA
Capítulo: 90 - ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS
Divisão: 05 - TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E.

PROG	MED	CLASS. ECONÓMICA	RECEITA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL RECEITAS (EM EUROS)	
				RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS
018	102	10 10.03 10.03.06 10.03.06.01 10.03.06.01.78	CULTURA									
			PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA									
			TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL:									
			ADMINISTRAÇÃO CENTRAL:									
			SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS									
			SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS									
			REC. PRÓPRIAS - SFA/ADM. CENTRAL								2 000 000	2 000 000
			Total do capítulo								2 000 000	2 000 000
			Total da medida								2 000 000	2 000 000
			Total do programa								2 000 000	2 000 000
Total dos Projetos								2 000 000	2 000 000			
Total do organismo			1 355 620	8 146 231				2 000 000	11 500 851			

2025-08-01

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2026

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

MAPA OP-01

Pág. 3

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 15 - CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO
 Secretaria: 1 - MCJD - ATIVIDADES - SFA
 Capítulo: 90 - ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS
 Divisão: 05 - TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E.

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONOMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL DESPESAS (EM EUROS)		
					RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS	
018	036	0820	01	CULTURA										
			01.01	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA										
			01.01.01	DESPESAS COM O PESSOAL										
			01.01.02	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES										
			01.01.04	ÓRGÃOS SOCIAIS			176 910						176 910	
			01.01.04.A0	PESSOAL DOS QUADROS-REG DE CONTRATO INDIVIDUAL TRABALHO										
			01.01.06	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL TRABALHO - PESS			2 435 949						2 435 949	
			01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO										
			01.01.06.A0	PESSOAL CONTRATADO A TERMO - PESSOAL EM FUNÇÕES			357 462						357 462	
			01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO										
			01.01.09.A0	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO - PESSOAL EM FUNÇÕES			89 932						89 932	
			01.01.11	REPRESENTAÇÃO										
			01.01.11.A0	REPRESENTAÇÃO - PESSOAL EM FUNÇÕES			62 676						62 676	
			01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO										
			01.01.13.A0	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO - PESSOAL EM FUNÇÕES			163 532						163 532	
			01.01.14	SUBSIDIO DE FERIAS E DE NATAL										
			01.01.14.SF	SUBSIDIO FERIAS										
			01.01.14.SF.A0	SUBSIDIO DE FÉRIAS - PESSOAL EM FUNÇÕES			250 190						250 190	
			01.01.14.SN	SUBSIDIO NATAL										
			01.01.14.SN.A0	SUBSIDIO DE NATAL - PESSOAL EM FUNÇÕES			215 737						215 737	
			01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS										
			01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS			4 000						4 000	
			01.02.04	AJUDAS DE CUSTO			14 000						14 000	
			01.02.06	ABONO P/FALHAS			6 385						6 385	
			01.02.06	FORMAÇÃO			20 000						20 000	
			01.03	SEGURANÇA SOCIAL										
			01.03.05	CONTRIBUIÇÕES P/A SEGURANÇA SOCIAL										
			01.03.05.A0	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL										
			01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES			17 939						17 939	
			01.03.05.A0.B0	SEGURANÇA SOCIAL			817 416						817 416	
			01.03.09	SEGUROS			71 633						71 633	
			01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL										
			01.03.10.00	OUTRAS DESPESAS			88 052						88 052	
							Total do agrupamento			4 751 783				4 751 783
			02				AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES							
			02.01				AQUISIÇÃO DE BENS							
			02.01.02				COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES			15 000				15 000
			02.01.04				LIMPEZA E HIGIENE			9 850				9 850
			02.01.06				MATERIAL DE ESCRITÓRIO							
			02.01.06.C0				OUTROS			12 753				12 753
			02.01.16				MERCADORIAS PARA A VENDA			2 650				2 650
			02.01.17				FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS			25 145				25 145
			02.01.18				LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA			840				840
			02.01.21				OUTROS BENS			4 580				4 580
			02.02				AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS							
			02.02.01				ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES							

2025-08-01

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 15 - CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO
 Secretaria: 1 - MCJD - ATIVIDADES - SFA
 Capítulo: 90 - ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS
 Divisão: 05 - TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E.

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONOMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL DESPESAS (EM EUROS)	
					RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS
018	036			CULTURA									
			Serviços culturais, recreativos e religiosos - cultura										
		02.02.01.B0	ENCARGOS COM INSTALAÇÕES			288 623							288 623
		02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE			100 127							100 127
		02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS			248 304							248 304
		02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS										
		02.02.04.C0	OUTROS			37 625							37 625
		02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE			9 758							9 758
		02.02.06	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS			4 330							4 330
		02.02.09	COMUNICAÇÕES										
		02.02.09.F0	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES			17 547							17 547
		02.02.10	TRANSPORTES			27 131							27 131
		02.02.12	SEGUROS										
		02.02.12.B0	OUTRAS			24 063							24 063
		02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS			15 500							15 500
		02.02.17	PUBLICIDADE										
		02.02.17.C0	OUTRA			427 352							427 352
		02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA			120 540							120 540
		02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA										
		02.02.19.C0	OUTROS			164 436							164 436
		02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS										
		02.02.20.E0	OUTROS			30 055							30 055
		02.02.25	OUTROS SERVIÇOS										
		02.02.25.A0	OUTROS SERVIÇOS			894 337		1 488 288					2 382 625
						Total do agrupamento		1 321 729	2 607 125				3 928 854
			06			OUTRAS DESPESAS CORRENTES							
			06.02			DIVERSAS							
			06.02.01			IMPOSTOS E TAXAS			250 581				250 581
			06.02.03			OUTRAS							
			06.02.03.IV			IVA A PAGAR			68 976				68 976
			06.02.03.R1			RESERVA MF		33 891					33 891
						Total do agrupamento		33 891	319 557				353 448
			07			AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL							
			07.01			INVESTIMENTOS							
			07.01.03			EDIFÍCIOS							
			07.01.03.B0			ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTONOMOS							
			07.01.03.B0.B0			CONSERVAÇÃO OU REPARAÇÃO			78 351				78 351
			07.01.07			EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA							
			07.01.07.B0			ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTONOMOS							
			07.01.07.B0.C0			OUTROS			201 181				201 181
			07.01.08			SOFTWARE INFORMÁTICO							
			07.01.08.B0			ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTONOMOS							
			07.01.08.B0.B0			OUTROS			2 480				2 480
			07.01.09			EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO							
			07.01.09.B0			ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTONOMOS							
			07.01.09.B0.B0			OUTROS			12 300				12 300
			07.01.10			EQUIPAMENTO BÁSICO							

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2026

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

MAPA OP-01

Pág. 5

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 15 - CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO
Secretaria: 1 - MCJD - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 90 - ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS
Divisão: 05 - TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E.

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL DESPESAS (EM EUROS)	
					RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS
018	036		07.01.10.B0 07.01.10.B0.B0	CULTURA									
				SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA									
				ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS									
				OUTROS			172 474						172 474
				Total do agrupamento			466 766						466 766
				Total da medida		1 355 620	8 146 231						9 500 851
				Total do programa		1 355 620	8 146 231					9 500 851	
				Total das Atividades		1 355 620	8 146 231					9 500 851	

2025-08-01

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2026

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

MAPA OP-01

Pág. 6

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 15 - CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO
Secretaria: 8 - MCJD - PROJETOS - SFA
Capítulo: 90 - ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS
Divisão: 05 - TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E.

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL DESPESAS (EM EUROS)	
					RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS
018	102	0820	07 07.01 07.01.03 07.01.03.B0 07.01.03.B0.B0	CULTURA									
				PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA									
				AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL									
				INVESTIMENTOS									
				EDIFÍCIOS									
				ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS									
				CONSERVAÇÃO OU REPARAÇÃO								2 000 000	2 000 000
				Total do agrupamento								2 000 000	2 000 000
				Total da medida								2 000 000	2 000 000
				Total do programa								2 000 000	2 000 000
				Total dos Projetos								2 000 000	2 000 000
				Total do organismo			1 355 620	8 145 231				2 000 000	11 500 851
				Total do ministério - receita			1 355 620	8 145 231				2 000 000	11 500 851
Total do ministério - despesa			1 355 620	8 145 231				2 000 000	11 500 851				

2025-08-01

10.6. Anexo 6 – Parecer do Fiscal Único